



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO

-----Aos seis do mês de maio de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a segunda reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**3. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**4. Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) – constituição – Eleição de um (a) Presidente de Junta de Freguesia;**-----

-----**5. 19.ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias; Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Luisa Margarida Cagica Carvalho; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão Mata e António Fernando Amiano Marques-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Jaime Vaz dos Santos. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a substituta da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sónia Alexandra Sanches Chilra e a substituta do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carla Marina Sá Rodrigues. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Nelson Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa e justificou em seguida o atraso no início da sessão, devido a uma breve apreciação entre os líderes de bancada e o Presidente da CM, relativamente a um dos pontos que fazia parte da ordem de trabalhos que tinha suscitado algumas duvidas, e nesse sentido, o melhor tinha sido esclarecer as mesmas no seio da Comissão de Líderes antes do início da sessão, com os esclarecimentos do Presidente da CM. -----

-----Justificou em seguida as ausências da Deputada Andredina Gomes Cardoso do GM do PS que se fazia substituir pelo Deputado António Marques, bem como o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora, que se fazia substituir pela Vogal Carla Rodrigues, a quem desejou os votos de bom trabalho e que a sua presença fosse profícua à semelhança dos colegas que tinham vindo em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Justificou também a ausência do Deputado Carlos Macedo, do GM do BE, que se fazia substituir pelo Deputado Jaime Vaz dos Santos, bem como a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel, do GM da CDU, que se fazia substituir pela Vogal Sónia Sanches -----

-----Informou que, conforme tinha sido solicitado por alguns membros da Comissão de Líderes, tinha sido enviado hoje uma calendarização daquilo que seria as reuniões do mês de maio há data de hoje, mas no decorrer do mês, provavelmente, poderia haver a necessidade de agendar outras reuniões. -----

-----Referiu em seguida que no passado dia 04 de maio, no feriado municipal, uma recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, por unanimidade, no dia 30 de abril de 2021, tinha produzido efeitos e havia culminado na entrega da Medalha de Mérito Municipal grau ouro, à Ex. Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Graça. -----

-----Acrescentou que todo aquele movimento que se havia gerado no seio da anterior Assembleia Municipal, havia culminado no passado dia 04 de maio, com aquilo que estava escrito e que tinha sido subscrito por todos, que não era de mais referir, uma cerimónia muito bonita, de grande emoção, como se faria prever, com a presença de inúmeros membros desta Assembleia Municipal e de outros autarcas e Ex. autarcas, onde também tinha sido agraciado o Grupo Desportivo União da Azóia, os Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal e o Agrupamento de Escuteiros 350 de Santana, que tinham recebido a Medalha de Mérito Municipal grau prata. Curiosamente 3 instituições com meio século de “vida”, de trabalho e dedicação à comunidade. -----

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que iria envolver este assunto na Apreciação da Atividade Municipal, mas já que era uma informação e um assunto que não pertencia a este trimestre da atividade, queria expressar uma saudação ao Executivo da Câmara Municipal, pela celebração dos 25 anos dos monumentos naturais de Sesimbra, que seria já amanhã, dia 07 de maio, que era precisamente a data em que o Decreto havia sido publicado, em 07 de maio de 1997, que havia classificado os 3 Monumentos Naturais em Sesimbra, nomeadamente a Pedra da Mua, Lagosteiros e a Pedra do Avelino. -----

-----Referiu que a CM iria organizar uma Cerimónia no dia de amanhã de evocação deste número redondo de 25 anos de classificação e com uma homenagem justa às 3 pessoas que, se calhar, tinham sido as mais importantes para a descoberta, para o estudo inicial e para a divulgação e classificação do local, nomeadamente o Luís Saldanha, a título póstumo, através do seu filho Miguel Saldanha, o Professor Teles Antunes, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova, e o Professor Galopim Carvalho da Faculdade de Ciências da Universidade Livre de Lisboa.-----

-----Seriam todos homenageados amanhã, e era com muita satisfação que veria acontecer esta cerimónia, e, por isso, saudava a Câmara Municipal e apelava à presença dos membros que tivessem disponibilidade.-----

-----Logo após o Presidente da AMS declarou aberto o **Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC)**, não tendo havido qualquer intervenção. -----

-----De seguida, deu início ao Período da Ordem do Dia com o **3º ponto da ordem de trabalhos: “Apreciação da Atividade Municipal”**, informando que neste período, habitualmente, a CMS preferia não fazer uma apresentação e ceder de imediato a palavra às bancadas, mas, ainda assim, perguntava ao Presidente da Câmara se mantinha essa intenção ou se pretendia fazer alguma apresentação.-----

-----Interveio o **Presidente da CM** que cumprimentou todos os presentes e justificou a ausência da Vice-Presidente da CM, Felicia Costa, que se encontrava na Mostra de Teatro Escolar, e que não sabia que seria possível participar atempadamente nesta sessão ou no final do Concerto do Jorge Fernandes, neste penúltimo dia da Festa da Chagas. -----

-----Relativamente à Apreciação da Atividade Municipal, disse que abdicaria da intervenção inicial, mas queria deixar uma nota, completando a intervenção do Deputado Paulo Caetano, dizendo que seria excelente a participação de todos, mas o Município de Sesimbra também tinha de agradecer ao Professor Paulo Caetano da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova e à Professora Vanda Santos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pelo grande trabalho que vinham fazendo e pela colaboração com o



Assembleia Municipal de Sesimbra

Município de Sesimbra, e pela evocação ao Jacques Reis e ao Miguel Ramalho que iriam fazer nesta cerimónia, mesmo no momento anterior à condecoração aos 3 grandes responsáveis pela classificação destes 3 monumentos naturais, que eram 3 em 7 que existiam no País.-----

-----Interveio novamente o **Presidente da AMS** que agradeceu a referência ao Professor Paulo Caetano, que de facto demonstrava aqui aquilo que era a característica das pessoas de Sesimbra, que tinham esta polivalência bastante saudável que acrescentava bastante ao Município e àquilo que era a sua maior riqueza, as pessoas.-----

-----Questionou em seguida se havia intervenções em relação ao 3º ponto da ordem de trabalhos.---

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado António Marques** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia à sessão a partir de casa, e, relativamente à Atividade Municipal disse que tinha duas questões breves, nomeadamente sobre o Edifício Shell, sobre o qual tinha havido uma reunião referente à licença de utilização, e sobre o estacionamento. Como se estava a aproximar o verão e o estacionamento era cada vez mais escasso, queria saber se o Presidente podia aprofundar este assunto.

----- Referiu que também na Avenida dos Náufragos e ao lado do Edifício Shell havia o Edifício do antigo restaurante Baía, e perguntou se o edifício seria aberto novamente em breve e se havia outros projetos para a área do restaurante.-----

-----A segunda questão tinha a ver com o Edifício CotoviaPark cujas obras haviam iniciado há alguns anos e, entretanto, tinham parado e que gostava de saber que como é que estava nesta altura. Acrescentou que julgava que este edifício estava referenciado para a Estratégia Local de Habitação e aproveitava para perguntar se já existia alguma reação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) à Estratégia Local de Habitação apresentada pela Autarquia. -----

-----Foi cedida em seguida a palavra ao **Deputado Germano Barros**, que começou por saudar todos os presentes e as pessoas que assistiam à transmissão online, e dizer, relativamente à reunião de dia 2 de fevereiro com o Presidente da Agência de Modernização Administrativa, em relação à Loja do Cidadão da Quinta do Conde, queria saber em que ponto se encontrava essa loja do cidadão. -----

-----Sobre a reunião realizada no dia 08 de fevereiro com a António Xavier de Lima (AXL), para falar da zona industrial do Casal do Sapo, disse que o PSD ficava contente porque sempre tinham falado numa zona industrial na Quinta do Conde/Concelho de Sesimbra porque havia muitas empresas que estavam a deixar a Quinta do Conde porque não tinham condições. Ficava contente em saber que já se estava a falar em zona industrial, e queria saber o que tinha sido resolvido nessa reunião.-----

-----Relativamente à reunião de dia 03 de março com o Sr. João Ribeiro da Administração dos TST,

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para falar sobre o estacionamento de veículos na Quinta do Conde, disse que queria saber exatamente o que é que tinha sido falado e decidido. -----

-----Relativamente à reunião de dia 24 de março com a BOLT, que era uma empresa que alugava trotinetes e não só, sobre trotinetes elétricas para a Quinta do Conde e Sesimbra, disse que não sabia o que tinha sido falado nessa reunião, mas olhando para a situação do trânsito em Sesimbra hoje, não era exemplo, nem a situação dos passeios que para além de serem paralelos em calçada, era difícil andar com uma trotinete nestes. Referiu que as ciclovias, se havia eram poucas e, além disso, os carros estacionavam em cima do passeio e corriam o risco de ter trotinetes a andar nas vias, o que não era muito bom sabendo que as trotinetes andavam a 20km/hora e era um risco. -----

-----Tinha de ser uma decisão muito ponderada e devia-se de, eventualmente, consultar a Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança da AM, e pensar, sobretudo, no caso da Quinta do Conde, no acesso à estação de comboios da Fertagus, porque se amanhã houvesse a probabilidade de ir de trotinete até à estação de comboio, as pessoas iriam fazê-lo, mas, havia um acesso pela Estrada Nacional 10 que nesta altura estava a ser renovado, tinha de se pensar noutro acesso. Acrescentou que, por exemplo, entre a Quinta do Conde e o Casal Sapo havia um acesso que nesta altura precisava de alguma manutenção do piso e precisava também de uma ciclovia ou um passeio. Sabia que era Fernão Ferro/Seixal, mas tinham de pensar no assunto.-----

-----Relativamente à visita do Presidente da CM, da Vereadora Argentina Marques e do Presidente da AM à Cachoeira, no Brasil, no âmbito do Festival Finisterra, que considerava uma excelente iniciativa, disse que gostaria de saber em que ponto se encontrava a situação da *Douzelage*. Sabia que eram 12 cidades e que, entretanto, já eram 27, e queria saber em que situação se encontrava, sabendo que pensava saber qual era a hipótese de fazer uma geminação com essa cidade uma vez tinha visto, através da internet, que o número de população era, mais ou menos, a mesma, e seria uma boa ideia. -----

-----De seguida, disse que, falava-se em ajudar a Ucrânia, que estava na moda, porque infelizmente havia pessoas a morrer naquele país, e perguntou porque não Sesimbra fazer uma douzelage ou geminação com uma Freguesia ou cidade do tamanho de Sesimbra na Ucrânia. -----

-----Por fim, disse que numa ultima reunião, durante a apreciação da Atividade Municipal, havia-se referido o problema da água, mas entretanto São Pedro tinha dado uma ajuda e aparentemente o problema estava resolvido, não de forma definitiva, mas pontualmente estava resolvido, e agora queria saber o que é que a Câmara estava a fazer em relação ao problema da energia, do gás, da luz e dos combustíveis, porque esses problemas não se iriam resolver a partir da ajuda de São Pedro, e queria

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

saber quais eram as medidas que a Câmara estava a tomar ou que já tinha tomado para mitigar os efeitos do aumento do gás, da eletricidade e dos combustíveis. O Governo tinha dado uma “mãozinha”, mas tinham de pensar a longo termo e saber, por exemplo, no caso da eletricidade, se a iluminação pública já era toda feita com leds. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Vitor Antunes** que, após saudar todos os presentes, disse que a pergunta que queria fazer ao Presidente da CM até era recordada por uma reportagem que a SIC havia transmitido hoje, a propósito da situação das urgências do Hospital de Setúbal que evidenciava as dificuldades que tinham para aceder aos cuidados de saúde, e, nesse sentido, gostava de conhecer o ponto de situação relativamente á construção do Centro de Saúde na Quinta do Conde e se confirmavam ou não, a eventualidade de vir a ser colocado um pré-fabricado, sendo que tinha sido uma prática em determinados momentos e quando o município enfrentava muitas dificuldades para o setor escolar. Acreditava que os Quintacondenses não vissem com bons olhos a política de implantação de pré-fabricados para a prestação de cuidados de saúde. -----

----- Interveio em seguida o **Deputado João Castanho** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que havia uma questão que vinham assistindo ao longo do tempo e que tinha proliferado muito dentro do Concelho, e que agora, durante estes últimos 2 anos tinham tido mais alguma atenção em relação aos espaços comerciais da Vila e em geral pelo Concelho, mas notava-se mais na vila. Tinha havido alguma condescendência da parte de todos e era reconhecido que era necessário ajudar os comerciantes a ter mais espaço onde pudessem ter os seus produtos, até pelo distanciamento social a que estavam obrigados e pela diminuição da lotação. O que acontecia era que ao longo destes, não era só da pandemia, mas sim uma situação que vinha sempre existindo, e os espaços comerciais tinham vindo a crescer para a rua. -----

----- Referiu que na procissão tinha sido possível perceber o trabalho que tinha sido necessário fazer para libertar as ruas para a procissão passar. As ruas estavam cheias de comércio, mas os munícipes e os visitantes tinham de andar a fazer *slalom* para passar entre as coisas. A questão era que tinham dado esta oportunidade, mas se não fizessem nada a curto prazo isto iria gravar. Havia estruturas fixas, estruturas aparafusadas ao chão, espaços a condicionar a circulação das pessoas, dos carrinhos dos bebés, dos visitantes que queriam que viessem, que estivessem nas esplanadas e que fossem às lojas, mas também tinham de criar condições para poderem andar na rua, e a questão era que estava na altura de fazer alguma coisa. -----

----- Referiu que na Atividade Municipal, no primeiro trimestre, não sabia o que é que tinha sido feito

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e não conseguia identificar aqui nenhuma ação, e a primeira questão era essa. Podia parecer que sempre tinha sido assim como se habituaram a ver, estas estruturas bonitas, modernas, mas isto não era assim e conseguiam passar, e não podiam encarar isto como natural. -----

-----Perguntou o que é que tinha sido feito neste sentido e referiu que tinham de começar a sensibilizar as pessoas para recuar, para voltar a pôr as coisas como estavam. Perguntou também o que é que era feito neste sentido, o que é que estava previsto, se havia alguns prazos e algum compromisso nesta parte. -----

-----Tinham de ter muita atenção porque tinham de se desviar para a estrada quando estavam nos passeios. Perguntou, caso houvesse um acidente, se a responsabilidade era da Autarquia porque permitia, se era do dono do estabelecimento porque estava a ocupar um espaço público, se era da pessoa que se havia desviado e não via o carro ou se era do carro que batia. Não faziam ideia de quem seria a responsabilidade, mas era um bocadinho de todos nós. -----

-----Em seguida, disse que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil tinha tido uma revisão em 2017, e não via na Atividade Municipal do 3º trimestre nenhuma alusão a isso, e se houvesse uma emergência, com estas estruturas todas não se conseguia chegar a tempo a lado nenhum. Daquilo que tinham visto na Procissão do Nosso Senhor Jesus das Chagas e do que haviam circulado, como é que uma ambulância chegava até determinado sítio porque havia estruturas fixas que não conseguiam sair, mas felizmente a Procissão não tinha passado lá, porque as outras tinham de dar um jeitinho e desmanchar.

----- Concluiu dizendo que estas eram as suas duas questões, em relação aos espaços comerciais nos passeios e o que é que tinha sido feito no primeiro trimestre pela Proteção Civil, que não terminava só aí, também havia os incêndios florestais. De 2017 até 2022 já tinham passado 5 anos. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Luísa Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia em casa e, em seguida, solicitou alguns esclarecimentos sobre as candidaturas em curso para o PRR. Tinham verificado que na Atividade Municipal do primeiro trimestre havia algumas referências, mas se pudessem, gostariam de ver elencadas as candidaturas que estavam em curso ou previstas. -----

-----Solicitou também esclarecimentos relativamente ao que era referido como *Draft* do contrato da GreenWoods. -----

-----Referiu em seguida que não estava cá hoje a Vereadora Felícia Costa, mas ainda assim deixaria uma questão que podia ser possível responder na mesma, sobre uma menção à constituição de uma Comissão de acompanhamento e monitorização municipal para a transferência de competências da Educação, e gostariam de saber quem eram os elementos desta comissão e que trabalhos é que estavam



Assembleia Municipal de Sesimbra

em curso neste âmbito. -----

-----Por último, disse que também se havia verificado uma reunião para a preparação da época balnear, e a questão era se tinha havido alguma ponderação para eventualmente se alterar a data de abertura da época balnear para o início de maio e não para junho, tendo em conta a afluência que existia nas praias. Acrescentou que tinha recebido a informação de que hoje tinha estado muita gente na Vila e viam que as pessoas começavam a utilizar a praia muito mais cedo do que no passado.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha três grandes questões. A primeira prendia-se com os incêndios que tinham ocorrido na obra do Bairro 2 de abril. Acrescentou que devia de haver uma investigação em curso e perguntou o que é que a Câmara tinha a dizer sobre esse assunto. Outra questão prendia-se com a obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, e sobre quando é que se iniciava no terreno a obra da Escola. -----

-----Por fim, sobre a descentralização de competências na área da Saúde, perguntou em que ponto é que estavam. Referiu que hoje tinha ouvido uma célebre e ilustre figura do PSD, Presidente de uma Câmara Municipal, José Ribau Esteves, que tinha dito que era bom que o Diploma da descentralização na Área da Saúde fosse rasgado, porque era tal forma inquinado que o ideal seria rasgar. Perguntou como é que estavam em relação à Descentralização de Competências na Área da Saúde. -----

-----Interveio em seguida a **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e aqueles que assistiam via *online*, e disse que a sua pergunta se prendia com o que estava escrito no relatório da Divisão de Habitação, Ação Social e Saúde (DHASS), e o que queria saber tinha a ver com o facto de desde março terem sido atendidas 32 famílias da Ucrânia. Perguntou quantas dessas 32 famílias tinham sido efetivamente integradas ou se tinham sido integradas ou não. Perguntou também no que é que consistia o atendimento, quais eram os procedimentos associados, qual era a constituição da equipa que fazia este tipo de atendimento, quais eram os procedimentos associados, quer era o nível interno quer a nível de parcerias externas e qual era a sua formação.-----

-----Relativamente ao PRR, disse que queria saber se a Câmara prestava algum apoio a entidades externas. Referiu que tinha visto algumas reuniões com o Dr. Luís Ferreira, mas também com a Associação Para o Desenvolvimento da Quinta do Conde (ADQC) para a substituição de um piso, e julgava que havia aqui também um apoio do Município às instituições e a outras entidades, e queria perceber como é que funcionava. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mendes** que cumprimentou todos os presentes e a quem assistia a partir de casa, e disse que já que amanhã iria haver uma cerimónia no Cabo Espichel

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

gostaria de questionar como é que estava a situação das candidaturas para o concurso de requalificação do Cabo Espichel e qual era o ponto de situação. -----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que começou por agradecer as palavras do Senhor Presidente da CM sobre o próprio em relação à sua colaboração neste evento e outros assuntos que tinham a ver com o património de Sesimbra, que era um dever de obrigação praticamente, por estar envolvido nessa área profissionalmente e fazia-o com todo o gosto e faria sempre que fosse oportuno --

-----Destacou que de facto Sesimbra tinha 3 geomonumentos, 3 monumentos naturais em 7, e se descontassem 1 que não dizia respeito a pegadas de Dinossauro, tinham 3 em 6, portanto 50% dos monumentos naturais do País respeitantes a pegadas de dinossauros ocorriam em Sesimbra, e, ao contrário de outras localidades, esta Câmara Municipal valorizava esse património e celebrava esta classificação.-----

-----Referiu que ontem tinham recebido notícias sobre um dos locais classificados que basicamente estava ao abandono, e gostaria de destacar que esta iniciativa da CM era de louvar e fazia sentido num território como o de Sesimbra, que tinha esta riqueza patrimonial e riqueza de património natural que reconheciam.-----

----- Em relação à Atividade Municipal, sobre a reunião com as Câmaras de Palmela e Setúbal sobre as candidaturas ao território Arrábida, perguntou em que situação é que esse processo estava, e, sobre a reunião de 17 de fevereiro da candidatura REVIVE-Cabo Espichel, perguntou que informações recentes havia sobre esse assunto.-----

----- Relativamente ao Urbanismo, a um Pedido de Informação Prévia (PIP) em Palames e o processo de licenciamento, perguntou o que é que significava, se era uma operação de pequena dimensão e se podiam ter alguma informação sobre isso.-----

-----Referiu que na mesma reunião em que se havia falado sobre a candidatura Revive com a empresa ABB, SA - Alexandre Barbosa Borges, estava referido também a operação da Avenida da Liberdade, questionou em que situação estava e que mais informações podiam ter sobre isso.-----

----- Sobre os contratos de urbanização, em ainda Draft em relação à Mata Sul, mas proposta final para o contrato de urbanização para a Mata Norte, perguntou o que é que isto significava. Via que Mata Sul ainda dizia respeito a uma empresa chamada Greenwood.-----

-----Por fim, a última questão que tinha a ver com a primeira reunião da Comissão consultiva do Plano Diretor Municipal (PDM) que tinha ocorrido em 24 de março e que havia agendado a segunda reunião apenas para janeiro de 2023, perguntou se esse era o timing normal ou fazia com que estivessem ainda

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

na perspetiva de ter mais 1 ano de processo de revisão do PDM.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que agradeceu ao Deputado Paulo Caetano as referências que este havia feito ao trabalho de vários executivos ao longo de 25 anos, bem como de vários autarcas e freguesias que tinham todo o seu empenho nesta valorização. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e disse que durante algum tempo tinha estado uma grua junto à interceção da Rua da República para a obra no prédio a que chamavam o Pinto Leão. Entretanto, tinham colocado tapumes e aparentemente a obra estava parada. Referiu que era uma zona emblemática da Vila e perguntou se havia alguma informação relativamente ao porquê da paragem desta edificação e se havia alguma informação para a sua retoma e conclusão.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Carla Rodrigues** que começou por cumprimentar todos os presentes e, relativamente à reunião realizada no dia 2 de fevereiro com a Agência Modernização Administrativa, perguntou como é que estava o projeto da Loja do Cidadão da Quinta do Conde. Perguntou também como é que estava a construção do bloco na Escola Michel Giacometti e como é que estava também a proposta do contentor modular para a ampliação da Unidade de Saúde da Quinta do Conde, para abranger 5700 utentes sem médico de família. Referiu que neste momento essa unidade encontrava-se a fazer horas extraordinárias e estavam a entrar em exaustão, tanto médicos como enfermeiros, como assistentes técnicas, e isto era dignificar o Sistema Nacional de Saúde, porque todos eram Estado, e o Hospital de Santa Maria, o Hospital Garcia da Orta, e todos os hospitais e unidades trabalhavam com contentores modulares que dignificavam a prestação dos cuidados de saúde.-----

-----Concluiu dizendo que os concursos para os médicos de medicina geral e familiar estavam para sair em junho, e se isto não fosse feito atempadamente, não teriam os médicos que necessitavam. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam a sessão em casa, e perguntou em que ponto situação estava a questão dos transportes que estavam previstos para iniciar no dia 1 de junho, e se essa previsão se concretizava e se estava tudo preparado para colher esta nova etapa dos transportes no Concelho de Sesimbra.-----

----- Interveio em seguida a **Deputada Paula Rodrigues** que iniciou por cumprimentar todos os presentes e as pessoas que assistiam à sessão em casa, e perguntou se já era possível saber a data da abertura da Lagoa de Albufeira e o ponto de situação relativamente à elaboração do projeto de execução do desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Referiu que já tinham informado anteriormente que já estava

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

em execução o impacto da avaliação ambiental, mas queriam saber qual era o grau de execução do projeto. -----

-----Em seguida, parabenizo a CMS pelo hastear e pelo galardoamento das Bandeiras azuis. Desde 1987 que tinham na praia da Califórnia, depois em 2005, e 2 anos depois também no Moinho de Baixo e na Praia do Ouro, e em 2014 na Lagoa de Albufeira, e continuavam assim a trabalhar para praias de boa qualidade. -----

----- Foi cedida em seguida a palavra ao **Presidente da CM** para que respondesse às questões colocadas, que relativamente ao Edifício Shell, disse que desde há um ano que tinham iniciado contactos com o atual proprietário e com o potencial concessionário da área do estacionamento, e o acordo tinha sido assinado há cerca de 3 meses. Neste momento não sabia precisar se já tinha sido emitida a licença de utilização. A vistoria tinha sido feita no final do mês de março/início do mês de abril, e se tudo corresse bem, deduzia que no mês de junho houvesse condições de ter mais 200 lugares de estacionamento.-----

-----Sobre o Restaurante Bahia, disse que não havia nenhum processo urbanístico com entrada na Câmara. A informação que tinha, que não era fidedigna, era que já teria sido alienado aos proprietários iniciais, mas não tinha sido ainda entregue. Tinha recebido, ao longo destes anos, um conjunto de promitentes compradores, alguns até com algumas propostas de reabilitação e de uso diferente do espaço, uns para manter a parte de restauração e outros nem tanto, mas infelizmente ainda não tinha entrado nada. -----

-----Relativamente ao Edifício Cotovia Parque, para que não houvesse dúvidas em relação à operação que se iria fazer no quadro da Estratégia Local de Habitação e no quadro da alienação da parcela de terreno que tinham datada de 2016 ou 2017, explicou que o Município de Sesimbra tinha alienado uma parcela de terreno junto à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, especificamente para habitação a custos controlados. O adquirente tinha a responsabilidade de construir “x” fogos, a gestão da venda dos mesmos era feita através de candidaturas ao Município de Sesimbra, embora a tramitação fosse entre dois privados, o empreiteiro e o adquirente, com os valores de referência do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). A operação era para ser similar à da Cotovia, com 90 fogos. -----

-----Com a alienação, a Câmara recebia 2 fogos de habitação mais uma parte comercial que o PDM obrigava que existisse nas edificações coletivas. O que neste momento tinham “em cima da mesa”, era um licenciamento mantendo as regras da alienação. No início do mandato passado ainda tinham começado a tramitar o resgate do terreno para o Município, mas tinham percebido o contexto em que

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha vivido o País nos últimos anos e os argumentos da própria empresa com vontade de retomar o processo, e neste momento tinha-se juntado o útil ao agradável. -----

-----Referiu que a operação seria feita nos termos em que estava prevista em 2017, com a diferença de que o Município iria lançar uma oferta pública de aquisição de 88 fogos com as tipologias que existiam. Seria a Câmara a adquirir ao valor de referência que estava previsto no PRR para a aquisição, que tinha a ver com o coeficiente de localização onde o edificado seria construído, que neste momento rondava os 1600 euros por m2 para a Freguesia do Castelo, e em Sesimbra era ligeiramente mais. -----

-----A CM faria uma oferta pública de aquisição para adquirir os restantes 88 fogos daquele edificado, que era o que estava previsto no quadro da ELH, com financiamento via PRR.-----

-----Neste momento, estava articulado levar na próxima quarta-feira a alteração ao loteamento e a aprovação do licenciamento à reunião de câmara, mas como as peças tinham sido entregues na última semana, não tinham condições de levar já no dia 11 de maio, mas com certeza que iria na segunda semana de maio, e a partir desse momento e do início da obra, e a aprovação definitiva do IHRU à ELH, que ainda não tinham recebido, o Município podia fazer um contrato de promessa compra e venda daqueles 88 fogos, pós publicitação do Aviso de aquisição, e com esse contrato fazer a candidatura ao PRR para aquela operação em concreto.-----

-----Era uma operação que se estava a pensar fazer também para a Quinta do Conde, para a Ribeira do Marchante para a AUGI 24. Exatamente nos mesmos pressupostos, em articulação com o IHRU. A CM lançaria uma operação de alienação das parcelas de terreno da AUGI 24 para habitação coletiva que, neste momento, tendo em conta os normativos legais, as acessibilidades, pelas contas feitas, dependendo das tipologias, não daria para os 72 fogos previstos inicialmente, mas para 40 a 42 fogos. Em detrimento de ser a CM a lançar um procedimento de projeto primeiro e de empreitada seguinte para candidatura ao PRR, estava exatamente neste momento a tramitar um procedimento que fosse similar ao do Cotovia Parque.-----

-----Referiu que até tinha uma vantagem para o Município, porque o valor de referência para aquisição era superior ao valor de referência para construção, e o Município adquiria os imóveis e as frações prontas a habitar.-----

-----Relativamente à questão da Loja do Cidadão, disse que tinham o estudo prévio finalizado que tinha sido remetido há 2 semanas para a Agência de Modernização Administrativa. Havia uma das 3 entidades, o Instituto dos Registos e Notariado (IRN), que faltava ter o programa definitivo, que seria de acertar em termos de postos de trabalho e a área por m2.-----

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Agência de Modernização Administrativa tinha enviado para as diversas entidades, portanto as finanças tinham um programa, a Segurança Social tinha outro programa, havia um programa específico para instalar dentro da Loja do Cidadão, o espaço do cidadão, e depois havia a parte do IRN. Explicou que havia um compromisso com o Município em que o IRN não iria ter predial, mas só registo civil, e não teria possibilidade de contratar pessoal, e se houvesse a possibilidade de contratar trabalhadores do Município, admitindo-os por mobilidade interna, e, o que estava neste momento tramitado e que seria plasmado no protocolo entre a Agência de Administração Administrativa, a CM e as 3 entidades, que poderia haver necessidade de o IRN ser assegurado por trabalhadores do Município de Sesimbra, sendo ressarcidos os vencimentos por protocolo, por parte do IRN.-----

-----Referiu que o estudo prévio tinha sido para validação das 3 entidades, para depois trabalharem no projeto de execução, para o qual tinham um prazo muito curto. Seria necessário a utilização da antiga loja do mercado, teria de se anular a cave e ampliar-se para a zona do estacionamento, e teria de se fechar toda a perola de acesso ao Centro de Saúde com construção, bem como transferir duas lojas com 2 operadores para outros locais do mercado, porque seria utilizada toda aquela faixa confinante com a área do Centro de Saúde, e mesmo assim era no limite dos programas que tinham sido enviados pelas diversas entidades.-----

-----Sobre a reunião com a AXL, disse que havia duas dimensões: uma era o processo que já tinham iniciado antes da pandemia, que tinha a ver com o pagamento de valores na ordem dos 400 mil euros, que tinham a ver com as dívidas da AXL, das taxas urbanísticas da Quinta do Conde. Um dos lotes que era propriedade da AXL, lotes que tinham contrato de promessa compra e venda com terceiros mas ainda se mantinham como propriedade da AXL e não se conseguia contactar os proprietários, a AXL assumia e toda a tramitação judicial que pudesse ocorrer a partir daí seria entre a AXL e os promitentes compradores desde a década de 60, e a CM em vez de receber o valor, que seria na ordem dos 390 mil euros, ficaria com o terreno de Negreiros. Aquele “L” que ia desde Negreiros até ao Continente.-----

-----Referiu que tinha havido uma diferença dos levantamentos topográficos efetuados pelo Município e efetuados por uma empresa que tinha trabalho com a AXL, portanto havia uma concertação que estava a ser feita neste momento, e as contas batiam mais ou menos certo, com um défice de 20 mil euros. Não era grave e estavam em condições de nos próximos tempos levar à Câmara nessa dimensão.

-----Da mesma forma que se havia negociado no quadro das taxas urbanísticas dentro do Plano de Urbanização da Quinta do Conde, havia-se iniciado um processo de negociação que era mais complexo, não era tão linear, de eventual dação em pagamento de terrenos soldos dentro do Casal do Sapo,

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Fontainhas e Courelas da Brava, entre os quais o espaço não estava loteado, que estava previsto no Plano de Urbanização de Casal do Sapo para área industrial. A AXL não tinha a totalidade da propriedade, e havia umas quintinhas que também tinham CPV's naquela zona.-----

----- Disse que tinha sido o início do processo, que já remontava a 2019, foi reiterado que estavam disponíveis para encontrar uma solução, e referiu que havia dívidas grandes de um coproprietário que de certa forma também condicionavam o avanço de algumas das AUGIS no Casal do Sapo. -----

----- Acrescentou que não conseguiam ver a empresa com liquidez necessária para a curto-médio prazo poder alavancar o financiamento das suas participações, quer às comissões de administração das AUGIS, quer ao Município de Sesimbra nas taxas urbanísticas, portanto estavam a tentar encontrar uma solução. -----

----- Havia uma zona na AUGI 42 que também tinha sido discutida, que era zona de habitação coletiva, que tinha uma grande faixa central, e havia a possibilidade de essa zona ir para a posse do Município, e era neste quadro e neste contexto que se trabalhava. Eram processos negociais complexos, longos, com avaliações que tinham de ser feitas e ter, obviamente, os terrenos limpos, porque se tivessem problemas registrais, era muito difícil poderem consubstanciar. -----

----- Relativamente à reunião com os TST, referiu que estes tinham uma eventual necessidade de parquear alguns autocarros na Quinta do Conde, nomeadamente os veículos movidos a gás, porque a única estação com fornecimento de gás era em Palmela. Dentro do concurso havia 17 autocarros movidos a gás, e o objetivo era colocá-los nos circuitos municipais em Sesimbra, e que as instalações da Venda Nova/Carrasqueira pudessem também servir de reparação a esses 17 autocarros, e precisavam de os parquear na Quinta do Conde porque era a zona mais central, mas, informalmente, já o faziam junto à Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde (ADQC), com quem tinham um acordo/protocolo. -----

----- A questão que tinham levantado à Câmara era a necessidade de se encontrar um espaço melhor para estacionamento, que não era fácil, ou da possibilidade de poderem reabilitar aquele estacionamento com algum material que não fosse “terra batida” porque eram autocarros novos, e garantir alguma segurança como uma vedação. Como sabiam, aquela zona, e todo aquele equipamento desportivo da ADQC, estava em zona de REN, carecia ainda de legalização, e a Câmara não tinha dado nenhuma abertura para que nesta fase e nestas circunstâncias se pudesse fazer. Uma coisa era regularizar-se o terreno para estacionar, e outra coisa era validar, porque não podia licenciar, qualquer coisa que fosse a impermeabilização daquele solo, pelo menos enquanto se mantivesse esta questão. -----

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Uma informação que sabia era que tinham mantido o acordo com a ADQC e que iriam parquear nas condições que existiam.-----

-----No que dizia respeito à *Douzelage*, referiu que era uma germinação do Município de Sesimbra já desde que Portugal tinha entrado na União Europeia, que tinham começado com 12 e neste momento tinha 27 cidades. No essencial estavam a falar de uma geminação que era uma partilha de experiências, muito na área cultural e na área educativa. -----

-----Disse que tinha participado em inúmeras reuniões da *Douzelage* e até tinha estado na coordenação do último encontro em Sesimbra. Não sabia agora quando seria porque a Vice-Presidente é que vinha acompanhando todo este processo, mesmo na altura do Presidente da Câmara Augusto Pólvora.-----

-----Disse que era um processo de partilha de experiências com visitas a diversos países, para perceber como funcionavam os estabelecimentos de ensino e a dinâmica cultural. Dentro dos 27, encontrava-se alguns projetos com 2 ou 3 cidades mais restritas ou porque eram mais perto. Neste momento havia um projeto cultural entre Sesimbra e Althea, que era a mais próxima, que fazia parte da geminação, em que iria uma orquestra a Sesimbra, participar e estar um determinado período, com a Zana Batuta, e iria parte da Zana Batuta para Althea também com uma orquestra de lá, passar um determinado período, fazer uma série de workshops e concertos.-----

-----Sobre a geminação com Cachoeira era uma questão de avaliar. Referiu que estava na Câmara há 5 anos e o Município, por iniciativa externa, já tinha recebido 7 ou 8 pedidos de geminação, desde a Costa do Marfim, à Nigéria, Moçambique. Não tinham recebido da Ucrânia nem de qualquer País do Leste, mas estavam abertos a isso.-----

-----Acrescentou que a *Douzelage* era no contexto dos países da União Europeia, e eram 27, das quais conhecia algumas onde tinha estado enquanto funcionário da Câmara, e em algumas até com o Ex. Presidente Amadeu Penim, e o contexto era mais de União Europeia, do espaço económico europeu, de partilha de experiências, de visita, ver como funcionavam as instituições. Havia vilas e cidades que eram completamente dispare de Sesimbra. Havia cidades que faziam parte da geminação, que eram mais pequenas que Alfarim, e havia outras que tinham uma dimensão muito maior. Era muito desequilibrado, porque no essencial era as várias cidades dos vários países que concorriam para fazer parte da *Douzelage* quando havia a adesão do respetivo país.-----

-----Também havia uma dinâmica própria porque nem em todas as cidades era as autarquias locais que faziam a gestão do programa, como por exemplo em Inglaterra, Sherborne, tinha sido criada uma

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

comissão com professores, artistas, e o Município pouco apoio dava. Recordava-se de ter estado lá na altura e terem discutido sobre isto com os colegas da cidade, que tinha sido difícil até a Câmara arranjar autocarros. Era uma dinâmica muito difícil e muito peculiar. -----

-----Referiu que neste momento tinha de haver win-win para os dois lados, não se fazia uma geminação só por fazer, tinha de haver afinidades muito particulares ou vantagens para as duas partes.-

-----Relativamente à questão de apoios ao gás, luz e combustíveis, disse que se o Deputado Germano estivesse na Assembleia da República, esta seria uma questão para o Ministro Fernando Medina. Acrescentou que não se previa haver apoios de gás, de luz ou combustíveis fósseis, nem conseguia perceber o enquadramento. -----

-----Quanto à questão de poupança do Município, disse que eram das poucas câmaras do país que tinham um acordo com a EDP, agora E-redes, para a reabilitação e transformação da iluminação pública para leds. Se andassem nas ruas, nas estradas que tinham iluminação pública, já o conseguiam verificar.

-----Referiu que tinham já mais de 50% do Concelho com iluminação pública, e admitia que em alguns arruamentos mais pequenos, em algumas urbanizações mais recentes não tivesse, mas as grandes vias que eram da responsabilidade do Município já estavam todas substituídos por equipamento led. -----

-----Havia municípios que não tinham feito este acordo com a EDP, e tinham concursos públicos, como era o caso de Setúbal, Barreiro e Seixal, que no essencial era uma empresa provada que substituíra, e a diminuição dos encargos com a substituição de leds ia uma parte para a empresa e outra parte revertia para o município. A amortização para o Município só se verificava ao fim de 10, 12, 20 anos, mas tinham tudo substituído de graça num curto espaço de tempo.-----

-----A CMS neste momento já não podia reverter. O entendimento na altura tinha sido aquele. Não havia encargos para o Município e todos os anos a EDP fazia uma estimativa e apresentava um plano de substituição de luminárias em todo o Concelho.-----

-----Referiu também que estavam num processo de aquisição de viaturas elétricas, e iam fazendo dentro dos possíveis sabendo que o custo-benefício das viaturas elétricas estava longe de ser atrativo sobretudo para operações mais comerciais. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Vitor Antunes e pela Deputada Carla Sá, disse que esta questão tinha sido colocada numa reunião com a Vice-Presidente num período em que o próprio esteve ausente, e na altura em que esta lhe foi transmitida teve a preocupação de falar com o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, via telefone, e a preocupação tinha sido a de perceber se esta questão não iria de forma nenhuma prejudicar o processo de construção da nova Unidade de Saúde da

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde.-----

-----Percebia que podia resolver-se determinado problema num curto espaço de tempo, que era uma vantagem pontual, mas que não prejudicasse aquilo que era o objetivo de fundo, a construção do centro de Saúde.-----

-----Referiu que tinha tido a oportunidade de falar posteriormente com o coordenador do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Arrábida e com a Direção do Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT). -----

-----O Dr. Luís Pombo, Diretor do ACES, via com bons olhos esta solução, mas a ARS não. Explicou que a ARS admitia que a Câmara colocasse os contentores provisoriamente até a construção da nova Unidade de Saúde, com o compromisso de a Câmara de Sesimbra ser a nova dona da obra da Unidade de Saúde e fazer a candidatura ao PRR para fazer a nova construção. -----

-----Disse que já tinham assumido à ARS que iriam ser os donos da obra, e o aviso do PRR iria sair com as prioridades dos equipamentos de proximidade de saúde, com as primeiras prioridades indicadas para a região de Lisboa para a ARS. Algumas iriam ser construídas pela ARS e outras construídas pelo Município onde uma delas terá a Quinta do Conde como primeira prioridade, e o beneficiário final já o Município de Sesimbra.-----

-----Disse também que o que tinha sido transmitido pela Direção da ARS, era que o projeto de execução seria entregue ao Município até ao final do mês de maio, que tinha sido revisto, até por uma proposta da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que não admitiram, mas tinha sido revisto em termos de eficiência energética que era uma das condicionantes hoje para a candidatura do PRR, que obviamente aumentava o valor dos encargos e do custo da obra, mas tinha de ser revisto porque tinha de ter 30% de eficiência energética face áquilo que seria um edifício comum. -----

-----Referiu que tinha tido uma reunião com o ACES há cerca de um mês e com os futuros utilizadores da Unidade de Saúde de Sesimbra, que tinham proposto um conjunto de pequenas alterações à obra da Unidade de Saúde de Sesimbra, desde a abertura de uma nova porta para um novo acesso, um balcão, entre outros, e a ARS não tinha validado nada, admitindo um segundo balcão, mas não na área que estava a ser prevista. Não admitiu a alteração do lugar previsto para as arcas frigoríficas, bem como uma zona fechada e encerrada para os funcionários. -----

-----Isto tinha-se passado tanto na saúde como na justiça com o Tribunal de Sesimbra, e tinha sido sempre dito com toda a franqueza que quem tinha de gerir o projeto entre os intervenientes e o Município era a ARS, porque esta é que tinha de fazer o programa funcional. Para o Município,

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aparentemente, algumas questões também desvirtuariam um pouco o conceito do próprio edifício, porque eram zonas que não tinham previstas aberturas de vão de portas porque eram corredores de consultórios, mas não tinham sido admitidas pela ARS. -----

-----Relativamente às questões dos espaços comerciais, a condescendência e o Plano Municipal de Proteção Civil, sobre o Plano Municipal de Proteção Civil disse que era tinha sido revisto em 2021 e era um plano para o Concelho, onde se identificava os meios, aquilo que seria a ativação e consoante os graus de perigosidade, de urgência, de problemas que podiam ser afetados, e, portanto, era um plano municipal para ser utilizado em caso de catástrofes, fosse esta de pequena ou grande dimensão. -----

-----Este tinha sido ativado, mantendo-se ativo na altura da pandemia, assim com todos os dos outros concelhos do País, mas não tinha a ver com estas questões de mobilidade, de acessibilidades, alguns arruamentos e outros que, não sendo arruamentos de acessibilidades, compreendia o que se dizia porque de facto nos últimos dois anos havia deliberações de câmara que ainda não se tinham revertido e iam perceber que seria uma dificuldade, mas admitindo que pudesse haver uma “invasão” do espaço publico, um alargamento para quase toda a gente, e mesmo que isso pudesse em algumas circunstancias estar no “fio da navalha” entre aquilo que devesse ser uma boa acessibilidade e mobilidade de pessoas *versus* o rendimento económico que era necessário para ter os afastamentos sobretudo dos equipamentos de esplanadas, sabiam que quando quisessem reverter seria um problema.-----

-----Neste momento ainda não havia nenhuma decisão de reversão, mas, em alguns casos, tinham de começar a pensar nela e já tinham falado várias vezes sobre isso. Havia outros casos que não eram tão fáceis, porque a rua que o Deputado Rui Rodrigues havia referido, que tinha muitos restaurantes, e as pessoas nem sequer tinham espaço para passar com um carrinho de bebé.-----

-----Havia zonas em que não teriam condições porque estariam quase a “estrangular” e a “matar” o comércio. Tinha de haver algum equilíbrio. A única coisa que podia dizer era que tinham articulado com a Proteção Civil e os bombeiros, até naquilo que vinha sendo a excelente relação entre a Real Associação Humanitária dos Bombeiros de Sesimbra e a CM, e tinha-se ficado a ganhar muito por o Coordenador do Gabinete Municipal da Proteção Civil ser o Comandante dos Bombeiros e fazer a gestão num quadro de partilha, não esquecendo que os bombeiros eram o principal ativo em termos de proteção civil, o que se previa era adquirir uma viatura de combate a fogos urbanos, se houvesse orçamento para tal. -----

----- Acrescentou que neste momento, se houvesse um incêndio na Vila de Sesimbra, não tinham um veículo de combate a incêndios urbanos. Havia um na Quinta do Conde que já tinha passado de prazo, e não conseguiam trazer uma viatura de grande dimensão para perto dessas ruas. Estavam a falar numa

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

viatura com um valor de 380 mil euros.-----

-----Sobre a marginal, disse que não havia ninguém dentro desta sala que não tivesse a mesma perceção, e não era fácil gerir com todos os proprietários. Mais do que a questão de alargamento, que também existia, havia uma questão estética de organização. Não era fácil e já tinham tentado, e o Ex. Presidente Augusto Pólvora também tinha tentado várias vezes.-----

-----Referiu que, num quadro de tentar repor, no mínimo, o que estava, devia-se tentar, também num quadro do que era o mobiliário urbano, a revitalização do espaço publico, não esquecendo que havia o projeto para as duas marginais, para as 2 zonas de contenção serem de 20/km de velocidade máxima e dar prioridade aos peões mesmo no espaço que era hoje dedicado a viaturas. -----

-----Sobre as candidaturas em curso para o PRR, disse que neste momento, os avisos que estavam disponíveis para os municípios era PRR, habitação, componente C2: Habitação, e nesta fase o que estava com maior maturidade era de facto o da Efimóveis, e a partir do momento que estes tivessem o licenciamento e a Câmara tivesse a Estratégia Local da Habitação (ELH) definitivamente aprovada, podiam fazer a candidatura com contrato de promessa compra e venda de 88 fogos, o valor de referência. Estimava-se avançar com o da Quinta do Conde nos mesmos moldes. -----

----- com os proprietários das parcelas do Plano Pormenor da Mata Sul, de 1 a 4 e que estavam em processo de negociação com as restantes parcelas do plano propriedade da GreenWoods. -----

-----Referiu que o contrato de urbanização que estava a ser feito neste momento pelos dois escritórios de advogados do lado do promotor e do lado do Município era para fazer nos mesmos termos e nas mesmas condições daquilo que tinham finalizado com o Plano Pormenor (PP) da Mata Norte. Havia a possibilidade da emissão do alvará do loteamento já no mês de junho e da assinatura dos 2 contratos de urbanização, que previa, no caso do PP Sul, em termos de obras e infraestruturas externas, o nó de acesso ao empreendimento na Nacional 378, e consideravam que não devia de ser deduzido nas taxas porque servia de empreendimento.-----

-----Referiu que o primeiro nó tinha tido um parecer desfavorável das Infraestruturas de Portugal (IP), e estava a ser reformulado, e julgava já ter sido entregue a reformulação por parte dos proprietários. Estavam a falar da contrapartida que tinham entendido ser necessárias do ponto de vista do plano de acessibilidades que ia “cozer” com o que haviam imputado à Mata Norte, que era a Estrada dos Almocreves que já tinha o estudo prévio entregue pelos promotores, com um nó junto ao Peru e um nó junto ao Alto das Vinhas.-----

-----As obras eram feitas totalmente pelos promotores privados, com prazos de execução apertados,

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sabiam que não havia licenciamento e edificação sem estarem concluídas as obras de urbanização e as obras de infraestruturas externas. No PP Sul, dos 600 mil metros, o máximo que poderiam fazer para já, e quem tinha a mínima perceção do que seriam uma oficial revisão do plano, saberia que nunca antes de 10 anos teriam fosse o que fosse, mas seria na ordem dos 12 mil metros, que era o que estava previsto, e a informação que tinha era que nem queriam fazer tudo, mas era o que estava no plano como capacidade máxima.-----

-----No caso do PP Norte, o que tinham era um contrato de urbanização para emissão da certidão do plano que permitia de certa forma o proprietário registar as parcelas todas como urbanas nas zonas que era para instalação dos empreendimentos. Tinha um faseamento das obras de urbanização internas para 10 anos e tinha um faseamento de 8 anos para as obras de infraestruturas externas, que eram o plano de acessibilidades. -----

-----O que estava imputado à Mata Norte era a ligação entre a 377 e a 378, a ligação que vinha desde a Apostiça que ligaria à 377, o nó na 378, a via toda a sul do Casal do Sapo, Fontainhas, Courelas da Brava, a reabilitação da Avenida do Parque Verde até à 10 de junho, a ligação ao nó junto ao Peru que seria concluído ao lado da 379 pela PP Sul e o reperfilamento da estrada de Negreiros com a ligação da futura rotunda de Negreiro junto à ADQC. -----

-----Referiu que com o PP Norte tinham tudo praticamente fechado e na próxima semana teriam a última reunião, portanto era provável que em junho fosse a reunião de câmara. Com o PP Sul tinha havido uma reunião há 2 semanas, onde se tinha fechado os termos iguais aos que haviam tramitado com o PP Norte, quer em termos de cações, quer em termos de responsabilidades do promotor, de prazos, portanto havia uma equivalência total entre as duas operações. -----

-----Havia neste momento uma pressão grande do novo proprietário do PP Sul, que era uma empresa portuguesa, mas os proprietários eram suecos, porque tinha uma vantagem que o PP Norte não tinha, tinha um *recap* válido até ao final do ano, o que valia muito do ponto de vista construtivo. -----

-----Disse também que tinham recebido um ultimato do Turismo de Portugal nos últimos dias, porque para além do *recap* era um projeto de interesse nacional, que até ao final da próxima semana teriam de se pronunciar sobre o alvará de loteamento, ao que haviam respondido que o alvará de loteamento não iria funcionar sem o contrato de urbanização. -----

-----Acrescentou que tinham tratado disto com os próprios proprietários e com a empresa de advogados dos mesmos que era quem os representava, e os mesmos que tinham estado cá em Portugal para concertar esta matéria, porque a proposta inicial do outro lado era tentar fazer o mínimo possível.

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a transferência de competências da Educação e a comissão de acompanhamento, disse que esta resultava do Diploma da Educação da transferência de competências e que era composta pelo Diretor Regional da Educação, o Presidente da Câmara ou o Vereador com o respetivo pelouro e os diretores dos agrupamentos. -----

-----Referiu que tinham recebido as verbas do Instituto de Gestão Financeira de Educação (IGFE) este mês, um conjunto de tranches de valores diferenciados, e ainda hoje não conseguiam perceber ao que é que correspondia cada um dos valores. Já tinham perguntado, mas não tinham obtido resposta. O somatório de todos os valores havia sido suficiente para pagar os vencimentos, mas ainda estavam todos sem perceber efetivamente ao que correspondiam os valores nas rubricas, mas ainda não tinham recebido essa informação e o Diretor Regional também não a tinha. -----

-----Disse que as câmaras da Área Metropolitana de Lisboa (AML) iriam ter uma reunião no dia 19 com as 3 tutelas, nomeadamente da Saúde, da Educação e da Ação Social sobre estes processos. Havia claramente um desconforto enorme de todas as câmaras do País, sem exceção, sobre as questões da educação. No caso da Saúde, tinham a “faca e queijo na mão”, a não ser que mudasse o Diploma, porque não podiam obrigar a assinar e enquanto não houvesse assinatura não havia a transferência de competências, porque tinha de haver um auto. No caso da Educação não obrigava a um auto, portanto eram automáticas. -----

-----Havia um descontentamento total com os valores da Educação, que eram insuficientes, com os rácios do número de funcionários. Acrescentou que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) tinha dado ontem um parecer desfavorável por unanimidade à proposta lei do Orçamento de Estado, muito entroncado na questão do fundo da descentralização de competências. -----

-----Disse também que não se recordava, e antes de ser Presidente da CM de Sesimbra tinha acompanhado muito com a ANMP por outras funções e os pareceres normalmente até eram concertados e havia também uma grande concertação com as freguesias, mas não se recordava de em 16 anos ter havido um parecer desfavorável por unanimidade, o que achava que também não era um sinal confortável para o Governo. -----

-----Sobre a alteração da preparação para a época balnear de junho para maio, referiu que tinha tido o pelouro 4 anos e que a perceção que tinha era que havia dificuldade em contratar nadadores-salvadores, e o Município de Sesimbra não conseguia muitas vezes assegurar o número de nadadores salvadores suficientes para as praias que não eram concessionadas, mas os próprios concessionários tinham inúmeras dificuldades. Para os concessionários o dia 1 de junho era sempre um drama e pediam

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sempre para alargar um pouco, pelo menos no início, porque grande parte dos nadadores-salvadores frequentavam a escola, ou universidade ou 12º ano, e enquanto não terminassem as respetivas aulas tinham dificuldade em estar em funções a tempo inteiro. -----

-----Disse que este ano se tinha iniciado a época balnear a 1 de junho, até tinha sido mais cedo porque normalmente era sempre dia 10, 12, 8, conjugando com os fins-de-semana, mas sabia que iria haver dificuldade dos concessionários. Acrescentou que havia uma associação nova de nadadores-salvadores de Sesimbra, que era algo que se ambicionava há muito tempo, que podia ajudar na contratação dos próprios nadadores-salvadores.-----

-----Relativamente ao Bairro 2 de Abril e o incêndio, disse que o processo estava em investigação e que já tinha havido em outras duas ocasiões, uma mais visível e outra mais despercebida, inícios de incêndio e de ignição naquela obra. A GNR tinha tomado conta da ocorrência e a Polícia Judiciária tinha estado no local nas várias ocasiões.-----

-----Referiu que a perceção que tinha era que tudo indiciava que fosse de facto fogo posto, mão-criminosa. Também tinha percebido pela equipa de investigação que seria muito difícil encontrar provas e eventuais suspeitos, mas neste momento não conseguia dizer mais nada. Claro que o seguro da obra iria cobrir as despesas, como havia feito no primeiro fogo que tinha sido mais gravoso, das habitações confinantes, mas era um problema que tinham ali.-----

-----Relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que se tudo corresse bem a obra iniciaria até ao final de maio. Acrescentou que a empresa estava com uma série de dificuldades em mão de obra neste momento, que era a ABB que estava a fazer a unidade de saúde. Percebia claramente que numa perspetiva de poderem em termos de escala garantir trabalhadores que estavam na unidade de saúde serem transferidos para ali, pelo menos em termos de infraestruturas, deixando mais para acabamentos.-----

-----Disse também que o auto de consignação já estava assinado, o plano de segurança também, havia uma reunião com os projetistas agendada para dia 13 que seria para dar o *kick-off*, e esperar que na semana seguinte as obras iniciassem.-----

-----Sobre a descentralização de competências na área da Saúde, disse que por enquanto não havia novidade nenhuma. A última novidade era que já tinham sido 5 as versões recebidas do auto da transferência de competências e em nenhuma das versões se atendia um milímetro daquilo que o Município havia colocado como sendo razoável para poder avaliar a assinatura deste auto.-----

-----Sabia que a ARS estava a marcar reuniões individuais durante o mês de maio com todos os

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios da AML, para ver em pormenor, sendo que aqui havia questões de pormenor e havia duas questões de fundo. Uma delas era a questão do centro de saúde de Sesimbra e a assunção por parte da Câmara Municipal da responsabilidade de reposição do imóvel na sua condição original, que não fazia sentido nenhum com uma unidade de saúde a abrir. A segunda tinha a ver com o edifício da Quinta do Conde que ainda não estava com todo o processo registal concluído e que não iria passar para o Município, mas continuavam a colocar os funcionários para o Município que era coisa que não era possível porque se o edifício não passasse as pessoas também não podiam passar, dito pelos juristas da própria ARS e da própria Secretaria de Estado, mas continuava a vir sucessivamente com erros, provavelmente também por outras questões de pormenor que era o estado de conservação com que tinha sido avaliado um conjunto de bens mobiliários, os valores que estavam previstos para algumas prestações de serviços, que em 4 propostas de auto diferenciavam brutalmente nos valores. -----

-----Relativamente à questão colocada sobre as 32 famílias oriundas da Ucrânia, disse que todas elas tinham tido encaminhamento, sabiam que algumas já não estavam nas famílias de acolhimento e tinham passado para habitações no âmbito do programa Porta de Entrada.-----

-----Referiu que o que podia dizer neste momento era que todos os procedimentos eram acompanhados pelos técnicos da Divisão de Habitação e Ação Social, particularmente aqueles que tinham responsabilidades no Gabinete de Apoio ao Emigrante. Acrescentou que ainda hoje tinha tido a oportunidade de ver com a Vereadora que as famílias eram acompanhadas por um voluntário ucraniano que fazia as questões, os registos eram efetuados pelo técnico do Município e eram tramitados de acordo com aquilo que estava previsto com o Alto Comissariado para migrações no âmbito do projeto para refugiados. O Município de Sesimbra tinha a vantagem de ter um Gabinete de Apoio ao Emigrante, que nem todos os municípios tinham em funcionamento, que era do tempo dos protocolos com o Alto Comissariado. -----

-----Perguntou se sabiam qual era a perspetiva dos ucranianos, porque conhecia ucranianos que não tinham uma perspetiva tão igual de uns para os outros sobre a invasão e a guerra. -----

-----No que dizia respeito à questão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o apoio a entidades, disse que aquilo que estava na agenda de reuniões não se tratava de apoio a entidades. A Câmara não fazia assessoria para a elaboração de candidaturas, já tinha feito algumas, e fazia consultoria através do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo.-----

-----Explicou que o que se passava neste caso em apreço era que, neste componente que era a C3, que era as comunidades desfavorecidas, que era só aberta para a AML e para a Área Metropolitana do

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Porto (AMP), no quadro da candidatura para as comunidades desfavorecidas, cuja primeira candidatura que tinham enviado já estava aprovada e tinham até dia 15 de junho para a submissão da segunda fase já com o plano da ação, tinham constituído um conjunto de parcerias, 31% teriam de ser investimentos e materiais, era uma operação integrada, de investimentos físicos e materiais.-----

-----Tinham um conjunto de parcerias e duas candidaturas: uma para a Freguesia da Quinta do Conde e uma para a Freguesia do Castelo, e todas elas tinham parcerias com associações desportivas e juntas de freguesia, coletividades e grupos de teatro, algumas com investimentos materiais e algumas com investimentos imateriais. No caso da ADQC, do Grupo Desportivo de Alfarim, da Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ), a candidatura a comunidades desfavorecidas previa a substituição dos pisos dos grandes campos de jogos. Era um dos investimentos que estavam previstos no quadro das duas candidaturas, das duas operações integradas locais. -----

-----Também havia outros, como o Núcleo de Espeleologia da Costa Azul (NECA) na área de educação ambiental, a ANIME, o Projeto de Inclusão Pela Arte (PIPA) com o alargamento do projeto de teatro para as freguesias do Castelo e Quinta do Conde.-----

-----Acrescentou que este fazia parte da candidatura da Câmara que era beneficiário direto, e eles era beneficiário indiretos que recebiam diretamente a verba. Havia uma coisa que ainda tinham de acertar, sobretudo no quadro do investimento, teriam de dar um grande apoio na contratação publica porque com certeza não teriam essas condições.-----

-----Sobre a questão do Cabo Espichel, referiu que a única coisa que podia acrescentar neste momento era que iriam ter também uma reunião no mês de maio, em primeiro lugar com o Turismo de Portugal, depois uma segunda com os parceiros/proprietários, nomeadamente a Confraria e a Nossa Senhora do Cabo Espichel.-----

-----Referiu que, quer por via do Município, quer por via do Turismo de Portugal, tinha sido feito um conjunto de contactos com potenciais concorrentes, e a perspetiva que tinham era que estavam em condições de lançar novamente o concurso. Acrescentou que queriam tentar acertar alguns pormenores com o outro parceiro proprietário que foi levantado por um conjunto de promotores, que tinha a ver com o uso do terreiro que não era totalmente pacifico do lado da Confraria. Queriam ver se havia a mesma condescendência para o uso do terreiro que a Câmara tinha tido com as esplanadas, que não fácil. Já tinha feito um contacto informal, mas estimava-se que até ao final do primeiro semestre e inicio do segundo semestre, o concurso pudesse estar na rua para. -----

-----Sobre a questão das candidaturas do Território Arrábida colocada pelo Deputado Paulo Caetano,

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

referiu que tinha a ver com aquelas que estavam em curso. Havia uma série delas, fosse o Fundo Social Europeu, fosse o Programa Lisboa 20-20, o Hub10 era uma candidatura do Território Arrábida. Havia também uma série delas do envelhecimento ativo. A candidatura tinha sido supramunicipal e que tinham de concertar sempre as próprias atividades.-----

-----Explicou que a candidatura das comunidades desfavorecidas do PRR era presidida por Setúbal. Era uma operação integrada que tinha de ser feita numa escala supramunicipal: Sesimbra, Setúbal e Palmela, em que Setúbal e Palmela iam com uma freguesia cada uma e Sesimbra ia com duas, mas a operação tinha de ter um plano de ação integrado, tinha de haver uma concertação, até porque a submissão da primeira fase tinha sido feita por Setúbal em nome dos 3 concelhos. A AML tinha sido sempre em conjuntos de 3 concelhos, como era o caso de Almada, Seixal e Barreiro; Sesimbra, Setúbal e Palmela; Moita, Montijo e Alcochete. -----

-----Sobre o PIP de Palames, a única coisa que podia dizer era que era o segundo PIP em que se havia baixado a capacidade construtiva, era um PIP que tinha sido pedido em nome do Millennium do BCP, que era o proprietário do terreno, que já tinha sido vendido a um comprador, e tinha neste momento um PIP com capacidade construtiva muito inferior àquele que tinha tido inicialmente. Tinha uma coisa muito mais ligeira numa zona que estava identificada como turística, imediatamente a seguir ao empreendimento que existia em Palames, cujo processo de reabilitação já estava também em curso. Explicou que eram 3 lotes, todos eles para apartamentos turísticos e 2 dos lotes iriam passar para hotel de 4 estrelas.-----

-----Sobre o Plano Diretor Municipal (PDM) disse que a surpresa tinha sido igual. Referiu eu tinha estado na comissão consultiva, mas que nem era o elemento indicado pela Câmara, porque o elemento da Câmara para a Comissão Consultiva era a Diretora de Departamento. -----

-----Disse que tinha estado com a equipa que fez a apresentação e tinha acompanhado os trabalhos presididos pela CCDR, que era quem presidia à Comissão Consultiva, e a CCDR tinha apontado o dia 23 de janeiro para a segunda reunião da Comissão Consultiva porque devido ao número de processos que tinham em curso, não seria possível realizar antes, e o dia 16 de janeiro para a receção dos pareceres das entidades que faziam parte da Comissão Consultiva.-----

-----No que dizia respeito à operação na Avenida da Liberdade, disse que neste momento estava a ser trabalhada e não havia nenhuma novidade face à última informação. -----

-----Sobre o prédio Pinto Leão, referiu que tinha estado parado devido à falência da empresa e que estava parado agora porque o proprietário só tinha adjudicado a infraestrutura a esta empresa, e a



Assembleia Municipal de Sesimbra

informação que tinham era que iria iniciar a obra já em junho com os acabamentos. Como sabiam era o proprietário que também tinha uma operação ali na Amélia Frade e na Rua da Cruz, que, entretanto, já tinha feito o pedido de licenciamento para a Amélia Frade. -----

----- Sobre a construção do bloco Michel Giacometti, disse que gostava muito de dar alguma informação, mas o silêncio era muito do outro lado. Acrescentou que mantinham a disponibilidade e que não havia nenhum avanço sobre esta matéria. -----

-----Relativamente à questão dos transportes públicos colocada pelo Deputado Pedro Mesquita, disse que dia 1 de julho, se tudo corresse bem, do ponto de vista do operador que havia ganhado o concurso, estava tudo pronto a meter a funcionar. Na próxima semana começariam a pôr os postaletes, a fazer a reabilitação em algumas paragens de autocarros, e quando terminasse a Festa das Chagas estraria já também construção modular para a loja Navegante e apoio aos motoristas e a reabilitação das paragens dentro do terminal, para ter outro aspeto e outras condições para os utilizadores. -----

----- Disse também que aqueles pontos que tinham informação digital, que eram cinco no Concelho, também já estavam definidos e começariam a colocar durante o início do mês de junho. Neste momento tinham tudo articulado com os Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), e o lote 4 - Setúbal, Palmela, Moita e Montijo começaria já dia 1 de junho. Era o primeiro de todos, e a informação que tinham era que as coisas estavam praticamente “arrumadas”, havia a questão dos postaletes que estava um pouco atrasada, no caso de Sesimbra começariam a instalar já na próxima semana. Não havia nada que indicasse, para já, preocupação. Havia a questão dos motoristas que era dramática para todos os operadores, mas a informação que tinha neste momento era que com a redução de 7% nos 4 lotes da operação, há margem de motoristas de todos os operadores que tinham ganhado os 4 lotes para poderem iniciar a operação.-----

-----Sobre a data da abertura da Lagoa de Albufeira, referiu que dia 9 seriam iniciados os trabalhos e previa-se encerrar às 19:00 do dia 16 de maio. -----

-----Referiu também que, mais uma vez o Município de Sesimbra tinha aberto o concurso, e já tinha ido a uma visita da polícia judiciária sobre este tema, sem ter enquadramento legal para o fazer, mas neste momento já tinha, portanto não havia adjudicação sem ter enquadramento legal. Acrescentou que a CM tinha assinado um protocolo de delegação de competências, que iria na quarta-feira para retificação, entre município e Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que permitia, pelo menos, ter segurança jurídica no lançamento dos concursos e nas adjudicações, e neste momento estava a ser preparado o novo contrato interadministrativo para o financiamento da operação para 2022-2023, que se

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estimava que estivesse pronto em junho. Tinha os problemas de cabimento das finanças que era do conhecimento da Administração Pública Central, que era um drama acontecer. -----

-----Disse que sobre a questão do desassoreamento, continuavam com a mesma informação porque não estava concluído o processo de avaliação de impacto ambiental por parte da Administração da Região Hidrográfica (ARH) Tejo. Era completamente impossível pensar que a operação iria ocorrer este ano, e tinha de haver um esforço para que o próximo ano. Acrescentou que gostava muito do Vice-Presidente da APA, com quem tinha uma excelente relação, e era muito otimista sempre, e o contrato interadministrativo que tinha o financiamento atrasado, tinham acabado por resolver com o protocolo de delegação de competências para terem uma segurança jurídica na operação, e tinham conseguido tramitar pelos dois serviços e já tinha sido assinado antes de assinarem o contrato com a empresa, mas era muito Otimista, porque há 2 anos ele dizia que em 2022 estaria no terreno.-----

-----Disse que a boa notícia no dia no dia 4 de Maio, Feriado Municipal, e Festa das Chagas, era que ao fim de 30 anos tinha chegado o auto de transferência da casa do Infantado para Município de Sesimbra, o que, sendo uma boa notícia, no auto de transferência dizia que tinham 2 anos para começar as obras, mas era uma boa notícia para todos, e tinham feito também um esforço, e o subdiretor regional da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), tinha vindo duas ou três vezes para ver se despachava o processo, mesmo agora no fim havia problemas por causa do ICNF e a gestão daquele espaço, mas finalmente ao fim destes anos todos tinham aquelas paredes que estavam quase a cair, que teria de ser recuperado de acordo como estava, e tinha um programa, que era aquele que tinha levado ao auto de transferência, que era um centro de interpretação com centro de apoio turístico e às empresas sobretudo de turismo natureza e turismo náutico.-----

-----Em seguida, o Presidente cedeu a palavra à **Vereadora Argentina Marques**, que cumprimentou todos os presentes e começou por informar que tinham antecipado este ano a época balnear para o início de junho, que no ano de 2020 tinha sido em 13 de junho e no ano de 2021 em 10 de junho, precisamente para cobrir também os feriados que existiam, porque havia mais turistas nestes feriados. -

-----Referiu que havia alguma dificuldade no recrutamento de nadadores-salvadores, e este ano já tinham também uma associação com ensino de nadadores-salvadores, sendo que provavelmente para o próximo ano a dificuldade já não seria tão grande. Era um caminho que se fazia caminhando, e este ano já tinham antecipado um pouco e tinham de ver o que é que teriam no próximo ano.-----

-----Relativamente ao elogio da Deputada Paula Rodrigues à bandeira azul para as praias do Concelho de Sesimbra, disse que o hasteamento das bandeiras azuis estava previsto para o próximo dia 6 de junho

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e que este era o resultado de um trabalho que se fazia a nível anual, não só do gabinete turismo como de vários departamentos da CMS, como por exemplo a Divisão de Obras Municipais, com quem já estavam em negociações para que no próximo ano fossem mais duas praias candidatas a bandeira azul. Referiu também que já tinham tido uma atividade com o envolvimento da Divisão de Informação e Relações Públicas, porque havia diversas atividades que tinham de ser realizadas no âmbito do programa da bandeira azul europeia.-----

-----Interveio novamente o **Presidente da CM** que informou que havia duas operações, nomeadamente, “Bar do Peixe” no Meco e o “Só Sal” em Sesimbra, que tinham tido problemas com incêndios, e não era expectável que nenhum dos dois estivesse pronto no início da época balnear. O processo do “Só Sal” já tinha dado entrada definitivamente, de acordo com os pareceres da APA e da APSS, o do “Bar do Peixe” ainda não tinha dado entrada definitiva. Garantidamente não havia condições para aqueles 2 equipamentos, que eram 2 apoios completos, poderem estar a funcionar este ano.-----

-----Disse que os 2 tinham pedido, e estavam a avaliar esta situação em conjunto com a Delegação Marítima e o Porto de Setúbal, de fazer a construção durante o período da época balnear, que era uma construção rápida de madeira modelar, que não seria para demorar um ano ou 6 meses. Isto podia trazer alguns constrangimentos de barulhos, de ruído. Claro que não iriam permitir que se fizesse o atravessamento com viaturas da zona balnear, no limite, que se fizesse antes da abertura da praia e no final do dia. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que congratulou o hastear das bandeiras azuis e o reconhecimento publico aos diferentes serviços da Câmara Municipal que prestavam esse apoio, com especial destaque aos serviços da limpeza da própria praia e da remoção do lixo. Acrescentou que muitos serviços tinham influência na bandeira azul e da promoção da mesma, mas havia que se louvar o trabalho da remoção e de limpeza das praias por parte dos trabalhadores.-----

-----De seguida, fez menção ao registo dos tempos utilizados nas intervenções por cada um dos Grupos Municipais. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que queria fazer um ponto de ordem à Mesa, porque ainda ontem na reunião da Comissão de Líderes tinham ficado duas horas a discutir a questão dos tempos, e o que tinha ficado decidido era que seriam respeitados os tempos e que o Presidente da AM iria controlar isso, mas o Presidente ainda estava a fazer um convite ao PS, e a Câmara Municipal tinha ultrapassado 20 minutos de 1 hora que tinha de intervenção. -----

-----Referiu que alguns líderes de bancada tinham sido bastante críticos em relação a uma proposta

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o próprio havia apresentado na reunião de 1 hora e 30 minutos para a CM, mas tinham dito que 1 hora era suficiente e que as intervenções das bancadas também tinham de ser controladas, e o Presidente da AM, logo a seguir à reunião estava com estas condescendências e não podia ser, porque se não, não valia a pena andarem aqui a perder tempo e a fazer reuniões para marcar as coisas como deve de ser. - -----

-----Por fim, disse que este ponto de ordem tinha a ver com o cumprimento do Regimento da AMS, porque deviam de pelo menos tentar cumpri-lo, e estava a permitir que isto fosse um pouco ultrapassado.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da AM** que disse que não tinha sido um convite à bancada do PS e voltava a repetir que o que fez foi referir os tempos ainda disponíveis por todas as bancadas e que pelo facto de a Câmara Municipal ter excedido o seu tempo, daria a hipótese da bancada do Partido Socialista, visto que todas as outras ainda tinham tempo, de colocar uma questão se tivesse essa intenção, e nenhum dos deputados havia manifestado esse interesse. Acrescentou que se mais bancadas tivessem excedido os tempos, não iria permitir, mas como era apenas uma bancada que tenha excedido por um pequeno pormenor, o próprio assumia, porque não tinha tido tempo de consultar os secretários, que daria a hipótese de colocarem de mais uma questão.-----

-----Por fim, disse que na reunião da Comissão de Líderes também tinham visto que até que o Regimento estivesse pronto, iriam testar vários modelos para perceber o que resultava melhor, e parecia que hoje até tinham conseguido, com alguns prolongamentos, melhorar.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faiais** que cumprimentou todos os presentes e disse que de facto tinham tido essa discussão ontem e que o próprio tinha algumas perguntas, mas havia ficado de reserva para tentar perceber como é que os seus colegas de bancada iriam gerir o tempo, e percebendo que já tinham excedido o tempo, tinha optado por não colocar nenhuma das questões que tinha preparado.-----

-----Referiu que mais uma vez ficava patente e vinha ao de cima que o modelo que haviam adotado há 4 anos em termos de Regimento de atribuir o mesmo tempo aos diferentes grupos independentemente do número de elementos que tinham, quando existiam neste momento grupos que não tinham usado qualquer tempo e outros que precisavam de mais tempo, se fosse para fazer a sua intervenção de forma justa.-----

-----Por último, disse que tinham de ter isto em conta no processo de revisão do regimento que estavam neste momento a trabalhar.-----

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Presidente da AM** que disse que por isso é que tinham tomado posse em outubro e estavam em maio e ainda andavam em reuniões em sede de revisão do Regimento porque queriam que um documento, que era bastante bem elaborado, melhorado, e daí estarem ainda nesta revisão, porque queriam melhorá-lo ao ponto de ser uma ferramenta útil para melhorar e otimizar o tempo das sessões. -----

-----Solicitou em seguida o uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que, relativamente à questão das trotinetes, disse que não havia referido na sua primeira intervenção que era também o *bikesharing*, que também era importante. -----

-----Em relação à poupança do gás e da luz, disse que se tinha referido aos edifícios municipais e instalações da Câmara de forma a torná-las mais eficientes. -----

-----Interveio o **Deputado João Castanho** que disse que quando falavam em reversão das esplanadas, estavam a falar deste último período, durante a Covid, e quando falavam em “estrangular o negócio” a sua interpretação podia ser um pouco diferente, e era isso que queria deixar claro. Explicou que estrangulavam o negócio se assumissem que aquilo que tinha sido aumentado recentemente ficasse fixo e se cortassem a seguir. Considerava que estava na altura de tentarem sensibilizar as pessoas para a necessidade de colocar, no mínimo, como estava, que seria suficiente, porque se não fizessem já e com timings definidos, poderiam criar, com o aumento do espaço para o negócio que existia neste momento, esse estrangulamento posteriormente. -----

-----Referiu que as visões que tinham de estrangulamento estavam um bocadinho baralhadas com as do Presidente, porque estrangulavam o negócio se permitissem agora e fossem cortar depois, mas se cortassem agora para repor como estava já não estavam a estrangular nada, só estavam a repor a situação. Se não o fizessem, iria acontecer o que aconteceu há uns anos, quando se colocou mais uma mesa, se abriu mais um espaço para se meter uns chapéus, para fazer mais qualquer coisa, tendo essas estruturas passado a fixas e pensavam que sempre tinha sido assim, mas não. -----

-----Tinham de sensibilizar as pessoas para a existência de zonas onde não se conseguia passar, e tinham de sair dos passeios para ir para a estrada, e isso acontecia não só nas ruas interiores como na marginal. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que há pouco tinha sido referido que no próximo ano se iria candidatar mais 2 praias a bandeira azul, e gostava de saber quais eram as praias. ---

-----Sobre os planos da Mata sul e da Mata norte, perguntou se a rotunda de negreiros seria para ser construída na Estrada Nacional 10. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, não havendo mais questões, foi cedida novamente a palavra ao **Presidente da CM** que começou por fazer uma declaração de interesses face aquilo que tinha percebido, e nem de perto nem de longe se queria imiscuir no trabalho e no funcionamento da Assembleia Municipal. Referiu que tinha contado 43 perguntas, entre as quais tinham perguntado o que é que tinha acontecido na reunião com a Agência de Modernização Administrativa, bem como na reunião com os TST e com a AXL, e como é que estava o Edifício Shell e o respetivo estacionamento. Estas perguntas eram legítimas, mas não se podia esperar que a resposta fosse, por exemplo: *“O Edifício Shell está fechado e ainda não há estacionamento”*, *“A reunião com a AXL correu bem e a reunião com os TST também não correu mal”*.---

-----Disse que respeitaria se o Presidente da Assembleia Municipal disse-se que não podia falar depois dos 60 minutos mesmo que ainda faltasse responder a 40 perguntas. Isto funcionaria se também da parte das bancadas houvesse contenção nas perguntas, porque se cada deputado fizesse 4 perguntas, seria um total de 80 perguntas. -----

-----Disse também que não podia deixar de esclarecer e responder só *“correu bem”* ou *“correu mal”*. Havia uma matéria que tinha sido colocada e que seria provavelmente sensível daqui a alguns dias, que dizia respeito à Mata Norte e à Mata Sul. Considerava importante que todos percebessem qual era o ponto da situação, porque não estavam aqui a esconder nada de ninguém.-----

-----Relativamente à questão da Bolt, disse que a Câmara já tinha abordado este assunto, mas sem ser se estabilizarem efetivamente sobre a opinião e a perceção que tinha, nomeadamente, que tinham dúvidas porque por aquilo que conheciam em algumas cidades do país, mas também não deixavam de reconhecer que era um meio de mobilidade muito importante. -----

-----O que tinham neste momento em “cima da mesa” era uma proposta da Bolt que tinham de ver se queriam criar de forma livre, se queriam criar com box’s para estacionamento, se queriam criar regras de velocidades em zonas do Concelho, particularmente na Vila de Sesimbra ou na Quinta do Conde, se queriam que fosse à Estação de Coina. Acrescentou que hoje a tecnologia já permitia, por exemplo, a velocidade máxima na marginal ser 20km/hora e ir até Santana, mas dentro de Sesimbra passar a ser 5 ou 10km/hora. Também permitia fazer com que não fosse, por exemplo, ao Porto de abrigo. -----

-----Acrescentou que, a sua opinião pessoal era que deviam de experimentar, e referiu que a proposta que a Bolt fazia era fazer uma experiência piloto durante 6 meses com bike sharing e trotinetes, na Quinta do Conde e em Sesimbra/castelo. -----

-----Disse que não iriam conseguir, só por aquilo que era a perspetiva, às vezes enviesada por aquilo que conheciam em Lisboa, mas conheciam exemplos noutros países e noutras cidades que funcionavam

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

bem, portanto, sem experimentar, é que não teriam condições de perceber se era realmente uma mais-valia. ---

-----Na sua opinião deveriam experimentar durante 6 meses, com regras, portanto, e tendo em conta os pormenores. Também achava que devia haver os incentivos, nomeadamente, pagar um valor superior por deixar o equipamento na rua em vez de deixar numa box, para evitar que andassem espalhadas pela via pública. Acrescentou que devia de se experimentar no período mais crítico, no Verão, porque se algum dia se pensasse em implementar, não se iria implementar apenas para os meses de Inverno sendo que o verão seria o mais caótico. Referiu que a proposta de protocolo estava consigo e que havia total abertura para se rever estas questões de pormenor.-----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado João Castanho, disse que estrangulamento não tinha a ver com reversão. Aquela era uma rua que tinha sido tornada numa rua de restaurantes, mas a questão era que, a ampliação ou o excesso que se deixassem de forma premeditada, consciente e temporária, de durante este período autorizar o alargamento, era diferente desta situação. O problema daqueles restaurantes: o Mateus, ou mesmo o Modesto, era que se não tinham a possibilidade de ter um alargamento no espaço que tinham, que era aquele exíguo, nem falando da via pública com área como a marginal, a operação tornava-se difícil de sustentar hoje em dia, e vinha sendo mais fácil autorizar esplanadas fechadas em algumas circunstâncias, mesmo sabendo que amanhã, para retirar, no caso daquelas que já tinham anos, era mais fácil, muitas vezes ter as esplanadas demarcadas e fechadas, porque se tivessem abertas aquilo passava a rua toda, e não tinham a capacidade andar todos os dias na rua, a fiscalizar para deixarem 1 ou 2 metros. Indo à marginal poente, havia 4 ou 5 estabelecimentos com esplanadas abertas, uns de restauração e outros de bares, e as esplanadas iam até à estrada. Amanhã poderia lá passar a fiscalização e alertar que o que estava licenciado era deixar 1,5 metros, mas no dia a seguir estaria lá outra vez. -----

-----Portanto, a solução, que de certa forma não iria condicionar, deixando sempre um acesso, que não era de todo um acesso para um veículo de emergência, era, acima de tudo, a requalificação. Todas as esplanadas que tinham sido licenciadas, extraordinariamente no contexto covid, no licenciamento vinha a referência que aqueles metros quadrados eram licença extraordinária em contexto covid. Tinham, por exemplo, uma licença de 40 m² e mais 20 m².-----

----- A reversão seria possível, mas não em tudo, pois ou teriam esplanadas fechadas demarcadas, no caso, por exemplo, da marginal, em que ficavam mesmo fechadas e demarcadas ou então eram esplanadas abertas. Era preferível assumir que deixavam toda uma marginal disponível para o peão do

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

lado do mar, e, do outro lado, atendendo a que também o objetivo era que a via para as viaturas automóveis passasse a ser uma via partilhada entre peões e com prioridade para estes, que se assumisse, com a requalificação do mobiliário, das esplanadas, das estruturas, com alguma uniformização das mesmas. -----

----- Disse que tinha sido o próprio a autorizar a Esplanada da Sociedade Musical Sesimbrense e do “Zé camarão”, e tinha sido altamente criticado até por técnicos do Município. Mas, a esplanada chegava sempre lá, de um e do outro. O que defendia era que aquele tipo de esplanada e aquele tipo de estrutura fosse contínua até ao Hotel Sanapark. Acrescentou que a única esplanada que tinha sido pedida e licenciada extraordinariamente em contexto covid lado do mar, tinha sido a do Contraste. Achava que todas as outras que lá estavam nem tinham pedidos de licenciamento. -----

-----Relativamente às bandeiras azuis, disse que as praias a candidatar seriam a Praia das para onde havia também um pedido de concessão pela primeira vez, e tinham de ver se ainda iam a tempo de lançar o procedimento, e a Lagoa interior, que era de águas balneares, mas podia ter bandeira azul. Também e tinham previsto no plano de praia uma concessão também na Lagoa interior. A Câmara não tinha lançado ainda o procedimento, mas tinha prevista a possibilidade de mais uma concessão. -----

-----Sobre o PRR, disse que a CMS havia apresentado 2 candidaturas. Só estava aberto onde habitação componente C2 a componente C3 de comunidades desfavorecidas, mas este era através da AML, consertada com todos. Estava aberto os bairros comerciais digitais, que aliás havia fechado no dia 30 de Abril, e estava aberto as acessibilidades 360, sobre a qual estavam ainda a ver se conseguiam “ir a jogo”, que dizia respeito a acessibilidades a edifícios públicos. -----

-----Disse que na componente do C 16 do dos bairros comerciais digitais, tinham apresentado as 2 candidaturas, e tinham algumas expectativas legítimas face ao trabalho que tinha sido efetuado. Isto respeitava apenas à primeira fase, onde ainda não há financiamento. Explicou eram 52.000.000,00€ para uma seleção de 50 candidaturas, e não sabia quantas tinham sido apresentadas, mas muitos dos municípios estavam a trabalhar para apresentar. Uma das que haviam apresentado era para a Quinta do Conde e a outra para Sesimbra, que tinham sido feitas em tempo recorde. -----

----- Tinham tido uma boa empresa consultora, a AIP, que havia garantido alguma capacidade técnica do ponto de vista da operação. Se fosse selecionado como um dos 50 bairros ou 2 dos 50, o investimento que estava previsto era 1.600.000,00€ mais uns “pozinhos” para Sesimbra e de 1.700.000,00€ para a Quinta do Conde. -----

-----Disse que a expectativa era que pelo menos um deles fosse aprovado, mas não tinham garantias

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e não sabiam o que estava a ser apresentado pelos outros municípios. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que, relativamente à questão das trotinetes e das bicicletas, disse que podiam experimentar, mas havia uma coisa que não deviam experimentar, que era aquilo que se passava em Lisboa com algumas das empresas em que os equipamentos eram abandonados de qualquer maneira. Para experimentar deveria de ser com box's para as pessoas deixarem o equipamento no sítio onde deviam de fazer o estacionamento, e se não as deixassem no devido sítio, o taxímetro deveria de continuar a contar para as pessoas continuarem a pagar. Essa seria a única forma de conseguir disciplinar de alguma forma esta selvageria que se vivia em Lisboa em que havia trotinetes penduradas nas árvores, atiradas ao rio, em que as pessoas saíam dos prédios e tropeçavam nas trotinetes.-----

-----Solicitou que, se houvesse essa experiência, que as pessoas fossem obrigadas a arrumar as trotinetes e bicicletas nas box's. -----

-----Não havendo mais questões, o Presidente deu início ao 4º ponto da ordem de trabalhos: **4. Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) – constituição – Eleição de um (a) Presidente de Junta de Freguesia.**-----

----- Referiu que este tinha sido o ponto que havia a Comissão de Líderes a reunir com o Presidente da CM antes do início desta sessão, para receber devido a algumas dúvidas que se haviam levantado numa reunião da Comissão de Líderes, sendo que se havia equacionado a deliberação da retirada deste ponto da ordem de trabalhos de hoje, mas com esclarecimentos do Senhor Presidente, todos os membros da comissão de líderes haviam ficado elucidados sobre esta matéria. -----

-----De seguida, foram distribuídos os boletins de voto pelo SAAM, para se proceder à eleição de um (a) Presidente de Junta de Freguesia para integrar a EIVL. -----

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Presidente da CM** que começou por dizer que o que tinha sido colocado pelo Presidente da Assembleia Municipal, de certa forma, na sequência de uma reunião da Comissão de líderes, era a possibilidade de se poder aferir 2 representantes da Assembleia Municipal e não apenas 1. Explicou que no primeiro contato havia dito que não conseguia responder, mas que da parte da CM também não havia nenhuma necessidade de que hoje fosse efetivamente discutida esta matéria e, portanto, teriam margem para poder discuti-la outro dia. -----

-----Apesar da Equipa para a Intervenção para a Vida Local já estar a funcionar, tinha havido 2 deliberações de Câmara, uma deliberação que havia anulado outra, porque de facto havia uma Irregularidade na proposta e consequentemente na deliberação. Mas, entretanto, em pesquisa que havia

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

feito sobre os temas, e em conversa também com a Chefe da Divisão de Habitação e Ação Social, portanto, que era o serviço que, tramitava este processo, havia uma questão que se tornava mais difícil de responder à eventual possibilidade que havia sido colocada pela Comissão de Líderes, ou seja, de facto o enquadramento que se fazia para a equipa do EIVL, existia a possibilidade da Assembleia Municipal ter até 2 representantes, sendo que um deles, de facto, tinha de ser Presidente de junta. No entanto, o município propunha à Assembleia Municipal apenas um elemento, portanto, de todos os restantes 9 elementos, um era o conselheiro local para a igualdade, que era uma nomeação direta do Presidente da Câmara e os outros eram sobre proposta da Câmara, que haviam deliberado, sendo que já estavam todos nomeados também por despacho do Presidente da Câmara. -----

-----Referiu que os elementos eram 9 mulheres das quais 4 eram dirigentes municipais, o que significava que, de certa forma, para além de ser necessário fazer nova deliberação de Câmara, para se aferir da sugestão que eventualmente foi inventada pela Assembleia Municipal, teria que se desnomear algum dos elementos que estavam nomeados. Não parecia lógico, até porque os restantes, com exceção da Assembleia Municipal que por acaso a sugestão era a Presidente da Junta de Santiago, que já tinha ido a algumas reuniões devido a um erro da Câmara Municipal. Explicou que a CM tinha feito uma primeira deliberação em que havia nomeado todos, incluindo a Presidente da Junta de Santiago e o Conselheiro para a Igualdade. Ou seja, havia usurpado uma responsabilidade da Assembleia Municipal, porque era a esta que competia a indicação do Presidente de Junta, e havia-se usurpado também as competências próprias do Presidente da Câmara, porque a nomeação do Conselheiro local para a igualdade era uma competência própria do Presidente da Câmara. -----

-----Neste sentido, havia-se procedido a nova deliberação com este formato, até 10 elementos, que não se podiam ultrapassar, sendo que se fosse possível incluir mais 1 elemento, colocariam 1 da Assembleia Municipal, mas eram 10, sendo que 9 já estavam em funções e só faltava o da Assembleia Municipal. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que referiu que, independentemente de considerar que de facto tinha havido aqui diversos “picos da amarra”, era de saudar a Constituição desta equipa e o início deste trabalho, que, no caso do Município de Sesimbra, iria ficar de uma forma mais integrada, mas lembrar que, de facto, Sesimbra tinha uma tradição já de alguns anos de dinamização de diversas ações e diversas iniciativas que promoviam a não discriminação e a igualdade. -----

----- Lembrou que há uns anos tinham realizado um evento com uma grande participação e que tinha tido muita repercussão, cujo nome era “sem diferença, sem diferenças”. Acrescentou que estas práticas

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

já eram habituais no Município de Sesimbra, saúdam-se e incentivavam a que se continuasse porque de facto ainda era uma matéria muito em voga nos dias de hoje. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que esclareceu as dúvidas que tinham sido colocadas que se prendiam e a corrigir, porque, de acordo com a legislação, esta equipa podia ter até 10 pessoas, sendo que, no limite, podiam ser 4 elementos designados pela Assembleia Municipal. A questão que se havia levantado na Comissão de líderes era que, podendo a Assembleia Municipal designar 4 elementos, a opção do executivo da Câmara tinha sido a de ir para a versão minimalista, em que dava liberdade à Assembleia Municipal de apenas eleger um momento. Face a esta realidade haviam ponderado, se calhar, ir para uma versão intermédia porque não queriam, de facto, ser sobrevalorizados, mas também não queriam ser subvalorizados, e a contraproposta era que pudessem integrar 2 elementos nomeados pela Assembleia Municipal. -----

----- Também se havia colocado a questão, uma vez que que o que o tema era precisamente a igualdade, que pudessem ter oportunidade na Assembleia Municipal de designar 2 pessoas de diferentes géneros, um homem e uma mulher, que até era o ideal e era isso que gostariam de fazer. -----

-----Disse que tinham recebido os esclarecimentos e que haviam percebido que dos 10 elementos havia 9 pessoas que já estavam nomeadas e não queriam contribuir para o facto para alguém que já estava a começar a exercer funções, ser desconvidado, o que seria no mínimo deselegante. Mas, de qualquer forma, registavam que de 10 elementos poderiam ter nomeado 4 e a versão escolhida tinha sido a minimalista, sendo que só nomeariam um elemento. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que a questão de desnomear não parecia grave, porque sobre qualquer reunião que tivesse sido feita até agora poder-se-ia levantar a questão da legitimidade dos representantes e, portanto, poderiam ser nulas todas e quaisquer deliberações que tivessem sido tomadas. -----

----- Por outro lado, e no seguimento daquilo que que o Deputado Sérgio Faias havia dito, a Assembleia Municipal poderia nomear até 4 elementos, sendo que também não queriam nomear 4, mas nomear 2 seria uma questão equilibrada, até porque obrigatoriamente, um dos que ia ser nomeado pela Assembleia era um Presidente de junta. Ou seja, podia haver participação de outro membro da Assembleia Municipal que não fosse Presidente de junta, mas a Câmara Municipal havia deixado apenas um lugar. Era uma situação que não é agradável para não dizer que não era muito tolerável. -----

-----Outra questão era que estavam a falar dum trabalho ou de uma equipa de igualdade de género e escolhiam 10 Mulheres, porque eventualmente, aquilo que estava também na mente era a décima.

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Acrescentou que quando falavam da igualdade de género, aceitavam isto porque eram todas mulheres, mas se fossem todos os homens, era um escândalo. E considerava isto um escândalo, porque se estavam a falar numa equipa de igualdade de género, então pelo menos devia haver, como no resto dos órgãos, uma obrigação, pelo menos moral, de paridade. Mas, o que tinham feito foi escolher tudo mulheres, e considerava isto um mau exemplo. Não era um exemplo para seguir em lado nenhum. -----

-----Não podiam nem deviam pactuar com isto, e quase que se atrevia a sugerir, uma vez que isto havia “nascido torto”, em reiniciar este processo e eventualmente reequilibrar esta equipa e tentar fazer as coisas de uma forma mais equilibrada: a Câmara Municipal indicaria os seus representantes, a Assembleia Municipal pedia a possibilidade de indicar 2 pessoas, e faziam uma Comissão e pelo menos cumpriam aquilo que toda a gente reclamava, que era a paridade. -----

----- Deixava aqui à Assembleia Municipal a possibilidade de suspender este ponto e falar com a Câmara Municipal, com algum tempo, para fazer esta mesma Comissão. -----

-----Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** que alertou que havia um erro de impressão em alguns dos boletins de voto distribuídos, sendo que, obviamente, a Mesa assumia este lapso. Contudo, os nomes dos possíveis candidatos estavam corretos, e era apenas um pormenor. -----

-----Disse em seguida que estavam a falar de uma Equipa para a Igualdade na Vida local e que em lado nenhum referia paridade em lado nenhum, sendo que restava ler a documentação e perceber o que era então esta igualdade para a vida local. -----

-----Interveio em seguida o **Presidente da CM** que disse que na sequência do contato feito durante a tarde de hoje pelo Presidente da Assembleia Municipal, aquilo que lhe havia dito, mesmo sem falar com a Vice-Presidente, que era quem havia tramitado todo este processo, era que não viam problema nenhum em colocar mais um elemento, sendo que teriam de perceber se era possível. -----

----- Referiu que a Câmara tinha feito uma deliberação onde nomeava os 10 representantes da EIVL, sendo que havia percebido 2 ou 3 dias depois que havia 2 elementos que não podia nomear, nomeadamente, o conselheiro local externo, que era nomeado por despacho do Presidente, sendo que a deliberação aí já era nula, e a Presidente de Junta de Freguesia de Santiago, sem haver decisão da Assembleia Municipal, sendo que a Câmara já havia emendado esta deliberação. -----

-----Referiu que tudo o resto era suposições, sugestões e usurpações também daquilo que era as competências da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara havia nomeado duas conselheiras externas, 1 indicada pelo Alto Comissariado para a Igualdade, que por acaso era uma técnica, e o Presidente, com base na indicação do Comissariado, havia nomeado a técnica da Comissão

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para a igualdade. Era verdade que o Presidente da Câmara, no quadro das suas competências próprias, tinha nomeado como conselheira externa uma mulher, que por acaso era a Dr.^a Odete Graça pronto, mas era competência do Presidente, e era um facto que aquilo que era a proposta que tinha ido à Câmara Municipal era sobre os restantes representantes, nomeadamente, o Presidente ou o/a Vereadora que o substituíam, sobre o qual o Presidente havia feito logo um despacho a dizer que seria a vereadora que tinha o respetivo pelouro e 5 dirigentes, sendo que em todas as câmaras variava entre 4 a 5 dirigentes com responsabilidades. No Município de Sesimbra, por acaso, a maioria dos dirigentes eram mulheres: na educação, na ação social, na cultural, nos recursos humanos e, portanto, tinham sido as áreas mais diretamente relacionadas com a questão da igualdade e os assuntos jurídicos. -----

-----Os cargos de chefia nestas áreas que eram transversais a todos os municípios nomearem, por acaso na Câmara de Sesimbra eram todos por mulheres, o que significava que tinham uma visão paritária de igualdade na naquilo que era os cargos de chefias. -----

----- Disse que não havia reuniões nenhuma ilegais. Faltava a indicação de um membro, mas a equipa continuava a trabalhar. Se a Assembleia Municipal não deliberasse sobre o membro que fazia parte do Conselho Municipal de Educação, este continuaria a reunir se fosse necessário, mesmo não havendo a designação do elemento por parte da AM, porque era disso que se tratava.-----

-----Se neste momento fosse possível somar mais um representante, não tinha problemas nenhuns, se fosse um homem, lá estaria um homem no meio de Mulheres, mas neste momento não era possível porque da sua parte não iria revogar despachos depois de já ter passado por 2 deliberações de Câmara, isso seria uma usurpação daquilo que era as competências do Presidente da Câmara, aliás, estas matérias vinham à AM por proposta da Câmara, e ainda há pouco tempo tinham tido essa discussão relativamente à Estratégia local de habitação. -----

-----Por fim, disse que era legítimo que se colocasse a possibilidade de eleger mais um membro, sendo que se havia chegado à conclusão de que de 10 elementos, estavam 9 nomeados e só falta o da Assembleia Municipal. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que, sem qualquer, intuito, mas a título pessoal e por via da sua vida ligada ao movimento associativo, tinha sido convidado para participar, por essa via, de algumas reuniões, nesta sala, com vários grupos de trabalho que tinham dado origem ao documento que havia originado a criação desta equipa. Nas reuniões, faziam-se várias ilhas com 8 ou 10 pessoas, e, recordava-se que na última reunião havia 4 ilhas, portanto, 40 pessoas entre as quais só o próprio e mais 2 eram homens. Sabiam que maioritariamente as direções tinham presidentes homens, bem como as

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

assembleias gerais, mas o facto era que esses presidentes homens mandavam para estas reuniões, para representar a sua associação, a sua coletividade e o seu clube, mulheres. Portanto, não era difícil que esta equipa tivesse apenas mulheres, porque os homens também se haviam isentado de participar das reuniões. -----

-----De seguida, foram recolhidos os boletins de voto, constatou-se a entrada na urna de 24 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, verificados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 14 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz e 10 votos expressos na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz.**-----

-----De seguida, o **Presidente** deu início ao 5º ponto da ordem de trabalhos: **19.ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens**, dizendo que todos conheciam o projeto e que era um projeto acarinhado, conhecido principalmente pela comunidade educativa, uma das bandeiras desta Assembleia Municipal de Sesimbra, uma das bandeiras que a fazia ser notícia por esse país fora com o trabalho de todos. De todos aqueles que aqui estavam, de todos aqueles que já cá tinham estado e de todos aqueles membros importantíssimos que compunham a comunidade educativa.-----

-----Disse que nunca era demais realçar a dedicação dos professores, alunos, o acompanhamento que os diretores dos agrupamentos também davam e sempre haviam dado a esta iniciativa ao longo de todos estes anos, mesmo num ano como estes, que era um ano extremamente atípico a vários níveis nas escolas do Concelho. -----

-----Informou que ontem tinha-se realizado a eleição da Mesa da Assembleia Municipal de Jovens, através de um formato online e que tinha sido uma reunião bastante participada que havia colocado a fasquia bem alta para a sessão do próximo sábado, dia 14, às 15h00, no Cineteatro Municipal João Mota ou via canal da CMS no YouTube.-----

-----Disse que iriam todos receber o convite formal, mas ficavam, desde já, todos convidados a participar, não só os membros da Assembleia Municipal, do Executivo da Câmara Municipal, como também o Público presente e aquele que acompanhava a transmissão online. -----

-----Referiu que a sessão deste ano 2022 era subordinada ao tema #Sesimbrananovaera, que já não era apenas aquilo que há uns anos se entendia como uma “nova era”, nomeadamente com a digitalização, mas, como sabiam, depois de março de 2020 nada nada mais voltaria a ser como era nas

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

escolas, na vida familiar, na vida social, na cultura, no acesso à cultura, no modo como viam hoje e percebiam a fruição da cultura no turismo, tudo isso teria grandes mutações, portanto, tinha sido o grande desafio que foi lançado, e por aquilo que tinham visto ontem, tinham lançado mesmo, de facto, um grande desafio aos alunos e aos professores que, de uma de uma forma magnífica, haviam apresentado as suas propostas e as suas intenções de candidatura para os lugares da mesa, que tinha sido de facto muito satisfatório.-----

-----Saudou em seguida os novos jovens colegas deputados, em particular os secretários, Núria Marques, do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, Pípio Almeida, do Agrupamento de Escolas de Sampaio, primeiro e segundo-Secretário, respetivamente, e a digníssima Presidente Soraia Dragão, do Agrupamento de Escolas da Michel Giacometti. Desejava, em nome de todos os deputados municipais, um bom trabalho na sessão da AMJ. -----

-----Reiterou o convite para a participação de todos, pois este era o regresso presencial de um projeto bastante acarinhado por todos. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Ricardo Mendes** que cumprimentou todos os presentes e disse que era realmente uma iniciativa de saudar. A Assembleia Municipal de Jovens já ia para a 19ª edição, até mesmo dentro da Área Metropolitana de Lisboa, este era dos poucos municípios que tinha essa iniciativa. Era de saudar porque fomentava realmente a participação cívica dos jovens e o contato que deviam ter com a vida e com o cotidiano do município. -----

-----Disse que para edições futuras, considerava que também seria importante fazer o alargamento ao ensino secundário, porque efetivamente os jovens, normalmente, terminavam o ensino secundário com 18 anos e tinham aqui a primeira grande prova que era o sufrágio universal, o ato de votar, e podia ser uma forma de evitar o alheamento dos jovens também irem às urnas. Este mecanismo, a AMJ, e outros que não deviam ser só a nível escolar. Outras iniciativas deviam ser feitas, como o fórum municipal de jovens em Sesimbra, através dos Zbigens, mas considerava que deviam ter ainda mais mecanismos para haver esta participação ativa dos jovens. -----

-----Concluiu dizendo que saudava e que ficaria atento às propostas que iriam surgir na Assembleia Municipal de jovens, que, depois, eventualmente, também poderiam ser apresentadas aqui, precisamente para perceberem e daqui a um ano verem a implementação das mesmas. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que as propostas aprovadas na Assembleia Municipal de jovens, viriam à AMS para depois serem remetidas à Câmara. Acrescentou que as preocupações/sugestões do deputado de alargamento já tinham sido focadas por vários por vários

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

colegas deputados na Comissão de Líderes, que tinham também esse mesmo sentimento. Este projeto, ao longo destas várias edições, vinha tendo a capacidade de mutação e de alteração, sendo que no seio da própria Comissão já tinham esse encaminhamento.-----

-----Referiu que o projeto nunca tinha tido 2 edições iguais, e para o ano, com o acréscimo de ser a 20ª edição, aqui um número redondo de logo, logo veriam que dinâmica iria ter primeiro. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que a sua intervenção ia no sentido do que o Deputado Ricardo Mendes havia referido, e algumas conversas que já tinha havido. Congratulavam-se imenso pelo segundo ano de maioria deste projeto que tinha sido pioneiro no país.

-----Referiu que tinham tido conhecimento, por quem o trabalhava de forma mais efetiva, do impacto que o projeto tinha nos alunos e nos jovens e, portanto, saudava-se este regresso quase à normalidade. De facto nunca tinha havido duas edições iguais, e aquilo que parecia era que de ano para ano, sem haver a continuidade dos mesmos jovens a seguir o projeto, notava-se alguma evolução no pensamento dos destes e na reflexão sobre aquilo que queriam para o para o seu espaço territorial, no espaço em que viviam e, portanto, era com grande entusiasmo que estariam presentes em mais uma edição da Assembleia Municipal de jovens, ficando expectantes pelas propostas que vinham, que normalmente eram muito bem estruturadas e muito bem pensadas, mostrando de forma muito clara, aquilo que era o pensamento da juventude relativamente ao que devia ser o desenvolvimento do território onde se moviam. -----

-----Portanto, saudar o projeto e dizer a todos jovens que participavam que estariam muito atentos e muito entusiasmados para ouvir o que tinham para propor, porque tentariam dar o máximo de seguimento às suas propostas e às suas sugestões neste regresso praticamente à normalidade, onde havia apenas pequenos procedimentos que não tinham conseguido ainda fazer seguir, mas de facto no próximo ano era a 20ª edição e, portanto, poderiam dar mais um salto neste projeto. -----

-----Não havendo mais intervenções e à votação, a **Assembleia Municipal aprovou, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais aprovou, por unanimidade, a Ficha de Projeto da 19.ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens.** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram zero

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e dois. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----

Ata nº 11 – Mandato 2021-2025

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal
de Sesimbra
AMS-16/00

Página 42 de 42

